

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

O PROJETO DE COOPERAÇÃO DO MST  
NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA:  
COM O SE EXPLICAM AS DIFICULDADES ENCONTRADAS

HELDO DONAT

Campina Grande – PB  
Junho de 2006

HELDO DONAT

**O PROJETO DE COOPERAÇÃO DO MST  
NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA:  
COM O SE EXPLICAM AS DIFICULDADES ENCONTRADAS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ghislaine Duque

**Campina Grande – PB  
Junho de 2006**

**O PROJETO DE COOPERAÇÃO DO MST  
NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA:  
COM O SE EXPLICAM AS DIFICULDADES ENCONTRADAS**

**BANCA EXAMINADORA**

Dra. Ghislaine Duque (orientadora)

---

Dra. Ramonildes Alves Gomes (examinadora interna)

---

Dr. Genaro Ieno Neto (examinador externo)

---

Campina Grande – PB  
Junho de 2006

**DIGITALIZAÇÃO:**  
**SISTEMOTECA - UFCG**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>CAPÍTULO I - COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO</b>	06
<b>1.1. Os conceitos</b>	06
<b>1.2. Precusores do cooperativismo: Fourier e Owen</b>	08
1.2.1. Fourier e sua sociedade ideal	08
1.2.2. A contribuição de Owen ao cooperativismo	10
<b>1.3. O dilema do cooperativismo agrícola no capitalismo</b>	11
1.3.1. As características do cooperativismo no capitalismo	11
1.3.2. A distribuição dos lucros no cooperativismo capitalista	13
1.3.3. A direção e o planejamento da cooperativa capitalista	14
<b>1.4. O cooperativismo traduzido pelo MST: A base teórica</b>	17
1.4.1. As origens teóricas da proposta de cooperativismo do MST	18
1.4.2. A contribuição de Engels	18
1.4.3. A contribuição de Kautsky	22
<b>1.5. A prática do MST: O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)</b>	24
1.5.1. Os objetivos da cooperação via SCA	25
1.5.2. As tarefas do SCA e as estratégias do MST	27
1.5.3. As diversas formas de cooperação do SCA e suas funções	30
<b>1.6. Conclusão: A cooperação e suas diferentes possibilidades</b>	37
<b>CAPÍTULO II. O CAMPESINATO E SUAS CARACTERÍSTICAS</b>	39
<b>2.1. Agricultura familiar ou campesinato?</b>	39
<b>2.2. Conceito</b>	40
2.2.1. Os Clássicos: Mendras e Wolf	40
2.2.2. A discussão sobre o campesinato no Brasil	46
<b>2.3. O Camponês no Cariri paraibano</b>	53
<b>CAPÍTULO III. O ESPAÇO DA RECONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS: PESQUISA E HISTÓRIA</b>	58
<b>3.1. Procedimentos metodológicos</b>	58

<b>3.2. Universo da pesquisa: o assentamento Mandacaru</b>	64
3.2.1. Localização e condições físicas	64
3.2.2. A origem dos assentados: a Fazenda Feijão	66
3.2.3. Ocupação e conquista	66
3.2.4. A falta de participação e a condução burocrática dos procedimentos	68
3.2.5. O processo de instalação	70
3.2.6. A infra-estrutura física	72
3.2.7. A organização do assentamento	74
<b>CAPÍTULO IV. AS DIFICULDADES DA ORGANIZAÇÃO</b>	<b>75</b>
<b>4.1. Dificuldades da organização ligadas ao processo de implantação do assentamento</b>	<b>75</b>
4.1.1. As dificuldades durante a luta pela terra	75
4.1.2. A diversidade de origens dos assentados e a falta de identidade comum	76
4.1.3. A demora no processo de instalação.	78
<b>4.2. As dificuldades na organização no assentamento</b>	<b>80</b>
4.2.1. A direção da associação	80
4.2.2. O sonho da autonomia dificulta a ação coletiva	82
4.2.3. A divisão entre a direção da associação e os assentados	87
<b>4.3. Problemas do ecossistema e da infra-estrutura</b>	<b>88</b>
4.3.1. Os agricultores e a forma de produzir	88
4.3.2. A degradação ambiental	89
4.3.3. A infra-estrutura e a convivência com o semi-árido	90
<b>4.4. A falta de diálogo entre os mediadores e os assentados: a disputa entre mediadores</b>	<b>91</b>
4.4.1. o poder político dificultando a organização do assentamento	91
4.4.2. As propostas dos mediadores	93
4.4.3. A formação dos assentados	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>102</b>

## LISTA DE ABREVIACOES

### **CIRAD**

Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement

### **CLT**

Consolidao das Leis do Trabalho

### **CPA**

Cooperativa de Produo Agropecuária

### **CPPS**

Cooperativa de Produo e Prestao de Serviços

### **CPS**

Cooperativa de Prestao de Serviços

### **CPSR**

Cooperativa de Prestao de Serviços Regional

### **CPT**

Comissão Pastoral da Terra

### **CUT**

Central única dos Trabalhadores

### **GPAF**

Grupo de pesquisa sobre Agricultura Familiar

### **INCRA**

Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária

### **MST**

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

### **PDHC**

Projeto Dom Helder Câmara

### **SCA**

Sistema Cooperativista dos Assentados

### **SICREDI**

Sistema de Crédito Cooperativo

### **UFCG**

Universidade Federal de Campina Grande

## RESUMO

O processo de luta pela formação do Assentamento Mandacaru foi organizado pelo MST, que continua à frente da Associação encarregada de orientar seu desenvolvimento. No entanto, apareceu uma série de problemas que têm dificultado muito a organização dos assentados. As propostas de cooperação do Movimento não conseguiram se desenvolver satisfatoriamente naquele assentamento. Nossa primeira hipótese era que a tradição e os costumes do camponês do Cariri traziam características incompatíveis com aquilo que o movimento entendia ser o ideal para o desenvolvimento do assentamento.

De fato, a experiência passada dos assentados bem como as circunstâncias que marcaram a luta pela terra podem explicar certas dificuldades na organização dos assentados e na concretização dos princípios de cooperação defendidos pelo MST. Mas não é o essencial. Nossa pesquisa demonstrou que a maioria das dificuldades se explica pela forma impositiva como as propostas de desenvolvimento são construídas. Falta diálogo com os principais interessados. Desde a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento e a decisão de construir as casas em forma de agrovila (e não nos lotes), até a divisão dos espaços para roçados e a elaboração de vários projetos produtivos, os assentados não foram ouvidos. Além do mais, faltou continuidade no acompanhamento técnico das propostas.

Concluimos que a ação coletiva e a cooperação podem ser trabalhadas nas mais diferentes situações, dependendo de como se pretende atingir esse objetivo. O nosso trabalho mostra que não são as diferenças de idéias nem a tradição de um grupo social que vão impedir que novas formas de trabalhar na agricultura possam ser desenvolvidas dentro dos assentamentos. A questão deve estar focada nas prioridades expressas pelos assentados. Os mediadores têm que ouvir os assentados, entender o contexto onde se situam. Para isso, precisa de diálogo entre os mediadores e os assentados, no qual as questões levantadas por estes devem sempre serem levadas em conta.

Palavras chaves: MST, Campesinato, Ação coletiva, Cooperação, Reforma Agrária, Cariri Paraibano.

## RESUMÉ

Le processus de lutte pour la formation du Périmètre de réforme agraire Mandacaru a été organisé par le MST (Mouvement des Sans Terre), et celui-ci reste à la tête de l'Association chargée d'orienter son développement. Mais il a rencontré une série de problèmes qui ont rendu l'organisation des paysans très difficile. Le Mouvement n'est pas arrivé à implanter de forme satisfaisante ses projets de coopération. Notre première hypothèse était que l'obstacle principal partait de la tradition et des coutumes des paysans du Cariri, qui étaient incompatibles avec l'idéal proposé par le Mouvement.

De fait, les expériences passées des paysans et les circonstances qui ont marqué leur lutte pour la terre peuvent expliquer certaines difficultés d'organisation, la concrétisation des principes de coopération défendus par le MST. Mais ce n'est pas l'essentiel. Notre recherche a démontré que la plupart des difficultés s'expliquent par la forme autoritaire dont les projets de développement sont construits. Il n'y a pas de dialogue avec les principaux intéressés. Depuis l'élaboration du Plan de Développement du Périmètre et la décision de construire les maisons sous forme d'« agroville » et non dans les lots jusqu'à la division des espaces pour les cultures et l'élaboration de divers projets productifs, les paysans n'ont pas été entendus. En outre, il n'y a pas eu continuité pour l'accompagnement technique des projets.

Nous concluons que l'action collective et la coopération peuvent être travaillées dans les situations les plus diverses, dépendant de la manière dont on veut atteindre cet objectif. Notre travail montre que ce ne sont pas les différences d'idées ni la tradition d'un groupe social qui vont empêcher que de nouvelles formes de travailler dans l'agriculture puissent se développer. La question doit être centrée sur les priorités exprimées par les paysans. Les médiateurs doivent les écouter, comprendre le contexte où ils se situent. Pour cela, il faut établir le dialogue entre médiateurs et paysans, où les questions soulevées par ceux-ci soient toujours considérées.

Mots-clés: MST, Paysanat, Action Collective, Coopération, Réforme Agraire, Cariri de la Paraíba.

## INTRODUÇÃO

Em nossa experiência de militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), constatamos que a organização dos assentamentos da reforma agrária tem sido um dos grandes desafios do Movimento. Seus formadores<sup>1</sup> têm dificuldade em compreender a diversidade de opções, de objetivos e até mesmo, a multiplicidade de identidades assumidas pelos assentados, e avaliam que este quadro complexo dificulta o desenvolvimento da cooperação institucional nos assentamentos (BOGO, 1999).

Os assentamentos reúnem pessoas das mais diferentes localidades, cada qual com sua própria visão de mundo, construída nas suas origens e marcada pela história de cada um. Necessitam agora forjar novos laços sociais, o que os coloca em conflito neste novo contexto social tão heterogêneo. Ieno Neto diz que:

Ao enfatizar (...) essa heterogeneidade, na perspectiva de uma análise molecular dos assentamentos, se dá atenção à composição, história e práticas que sustentam dinâmicas internas próprias a cada comunidade, caracterizadas por relações de poder singulares a respeito das ações, concepções, projetos distintos existentes em cada uma delas.

Essa análise molecular deve estar articulada aos fatores de ordem objetiva da economia, do meio ambiente, da ação do Estado, que expressam interesses e concepções políticas mais gerais da sociedade. Tais fatores têm desdobramentos concretos nos assentamentos e produzem reações diferenciadas entre os assentados, na medida em que esses desdobramentos se aproximam ou se afastam do que cada assentado, ou grupos específicos deles, têm elaborado, de forma subjetiva, como idealização do que poderia ser a vida no e a partir do assentamento (IENO NETO, 2005, p.38)

Nesta perspectiva, os sujeitos precisam reconstruir suas vidas, encontrar mecanismos que possam orientar esta parceria imposta pela necessidade, na qual cada um quer viabilizar

---

<sup>1</sup> Militantes que fazem o trabalho de base junto aos assentados e levam as propostas do movimento.

seu desenvolvimento, mas onde a história de cada um marca as diferenças, fazendo obstáculo à cooperação.

Neste trabalho, pretendemos discutir a problemática da cooperação, buscando compreender de um lado as propostas do MST e, do outro, o pensamento dos assentados, analisando esse confronto no assentamento Mandacaru liderado pelo Movimento. Assim, o foco da nossa análise está sendo orientado por questões do tipo, como os assentados percebem sua nova situação, quais perspectivas visualizam para seu futuro, como pretendem forjar um novo ordenamento social e como reagem frente às propostas de cooperação do MST. A análise destas questões, certamente, contribuirá para um processo de instrumentalização do próprio movimento, a partir do reconhecimento da necessidade de considerar as especificidades de cada assentamento, assim como, as propostas e idéias dos assentados.

Assim, estruturamos o trabalho escrito por capítulos que versam sobre conteúdos específicos. No primeiro capítulo, vamos discutir a questão da cooperação, procurando fazer um apanhado histórico do surgimento destas idéias, apresentando rapidamente os precursores e o porquê de suas propostas.

Seguindo neste caminho, vamos discutir o cooperativismo agrícola trabalhado no capitalismo e como as idéias de cooperação foram apropriadas no sentido de atender às necessidades de um projeto pautado - no caso da agricultura - no agronegócio. Pretendemos analisar como os princípios do cooperativismo foram de certa maneira deturpados, servindo agora como estratégia visando o lucro e relegando as questões sociais a um segundo plano. Nesse caso, a cooperativa passa a funcionar somente como empresa econômica.

Esta discussão sobre a cooperativa capitalista pretende servir como contraponto ao *Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)*, proposta de cooperação trazida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Pois o cooperativismo é tido como fundamental pelo movimento para o desenvolvimento e a manutenção da agricultura familiar. Não visualiza outra perspectiva para a organização dos assentamentos. Segundo o MST, o agricultor assentado trabalhando sozinho não vai dar conta de se manter no campo.

Para entender como o cooperativismo é pensado pelo MST, vamos buscar os textos que inspiram o movimento, ou seja, suas fundamentações teóricas.

A seguir, apresentaremos o *Sistema Cooperativista dos Assentados* procurando mostrar como, teoricamente, o MST pensa a introdução da cooperação nos assentamentos da reforma agrária. Apresentando as diversas formas de cooperação propostas pelo MST, da mais simples à mais complexa, com as finalidades de cada modelo, pretendemos traçar o caminho que o movimento segue para chegar ao que ele chama de “modelo ideal” de cooperativa, que seria uma forma de cooperativa voltada para o enfrentamento com o capitalismo, trazendo resultados que possam garantir a manutenção dos agricultores assentados na terra.

No segundo capítulo vamos discutir o conceito de campesinato: explicar inicialmente porque decidimos trabalhar com o conceito de camponeses para falar dos assentados, estudar como este tema tem sido trabalhado por alguns dos clássicos da sociologia rural, em particular, Mendras (1978) e Wolf (1970). As sociedades camponesas reproduzem uma forma particular de agir; seu modo de produção e sua visão de mundo são marcas próprias. A partir desses autores, tentaremos entender as grandes características do campesinato, e destacaremos que seu sistema de produção não visa basicamente a reprodução do capital, mas se pauta no interesse do grupo familiar que visa essencialmente o sustento da família. Da mesma forma, tentaremos entender a percepção dos autores brasileiros acerca do modo de vida campesino.

Pretendemos ainda resgatar as especificidades da agricultura familiar no Cariri paraibano onde se deu nossa pesquisa de campo. Pretenderemos compreender melhor não só as características do campesinato nessa região, mas ainda o momento histórico vivenciado

pela reforma agrária no Cariri. No trabalho de campo, percebemos que os assentados têm uma relação muito forte com o mundo exterior, o que nos leva a entender que não se trata de um camponês identificado como um sujeito separado do mundo urbano. Por isso, acreditamos que seja necessário um novo olhar sobre o modo de vida camponês, pois essa relação de proximidade com o “mundo moderno” tem transformado o seu modo de vida e as concepções que ele tem a respeito de sua reprodução.

No terceiro capítulo, vamos explicitar nossa metodologia de pesquisa: como procedemos na realização da mesma, nossa inserção no trabalho de campo e na coleta de informações junto aos assentados.

Pretendemos ainda mostrar o que é o assentamento Mandacaru, quem são os assentados e suas origens, o curso de suas trajetórias na luta pela conquista da terra e os principais fatos que marcaram esta luta.

Como mencionamos acima, percebemos, na pesquisa de campo, uma diversidade de origens muito grande entre os assentados: a maioria das pessoas que lá estão não é de uma mesma localidade, nem sequer da mesma região; diferentes posicionamentos são comuns no assentamento. *“Essas reações dos assentados contêm elementos carregados de subjetividade e se caracterizam por formas distintas de se perceber e se posicionar frente a uma realidade comum, composta de fatores concretos e objetivos”* (IENO NETO, 2005, p. 38)

No quarto capítulo, discutiremos a questão da organização do assentamento, quais caminhos os assentados buscam na construção de uma nova comunidade, a visão dos mesmos diante das propostas do MST e de outros agentes externos. Analisaremos a compreensão dos assentados acerca da reforma agrária e a influência dela na nova dinâmica de suas vidas, pois eles têm agora um espaço de trabalho diferente daquele de outros tempos; um pedaço terra para plantar não é mais um sonho, mas uma realidade; podem agora decidir como e quando plantar.

Por fim, pretendemos discutir as propostas dos assentados, na busca de novas relações de trabalho, de produção e da dinâmica da vida social do assentamento. Como eles percebem as ações coletivas e cooperativas e como isso poderia ampliar as conquistas, no sentido de melhorar a vida dos assentados.

# CAPÍTULO I

## COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO

### 1.1. OS CONCEITOS

A cooperação é uma forma de ajuda mútua, onde todos participam, buscando o bem comum. Os valores que permeiam a ação cooperativa são: a solidariedade, a integração, a igualdade e a justiça social.

A ação cooperada une as pessoas em torno de uma idéia comum, cujos objetivos traçados seguem um mesmo caminho; é possível cooperar nas mais diversas associações humanas, visando o bem de todos, o que pressupõe a confiança entre pessoas. Segundo Pires, a cooperação:

é entendida como ação conjugada através da qual as pessoas se unem com vistas aos mesmos objetivos, o que pressupõe a sua significância social nas mais diversas formas de associação humana – do matrimônio às relações comerciais. A cooperação tanto pode ter motivações espontâneas, como coercitivas. Intimamente ligada à idéia de cooperação está a idéia de confiança, através da qual se acredita na possibilidade de cumprir as obrigações contratuais dentro da cooperação (GAMBETA, 1996: DICIONÁRIO, 1970 apud. PIRES, 2004, p.35-36).

O cooperativismo é a concretização dos preceitos da cooperação numa organização empresarial, onde os objetivos da empresa serão atender da melhor forma possível às pessoas organizadas em torno destes objetivos. Segundo Pires:

Por cooperativismo entendemos um fenômeno de amplitude universal ligado a uma forma de organização empresarial, pautada numa legislação específica e num conjunto doutrinário e filosófico, através do qual estão ordenados seus valores e princípios.

Os valores dizem respeito a temas como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com o seu semelhante, os quais fundamentam os princípios (Ibid.p. 36)

Portanto o cooperativismo é a união de pessoas em torno de uma organização empresarial com regras específicas, pautadas nos princípios da cooperação. Seguem os seguintes princípios<sup>2</sup>: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; independência e autonomia das cooperativas; educação, treinamento e formação dos sócios; cooperação entre cooperativas; preocupação com a comunidade. *“A satisfação máxima de seus membros e não a corrida desenfreada ao lucro constitui a sua marca distintiva, através da quais os benefícios auferidos não são proporcionais ao capital investido”* (Ibid.p. 36),

A cooperativa é, portanto a expressão concreta do cooperativismo. É a empresa funcionando na prática, seguindo os preceitos do cooperativismo.

Situamos a cooperativa enquanto uma expressão concreta, enquanto uma forma de manifestação possível do cooperativismo. E, mais especificamente, *o modus operandi* configurado na forma de uma empresa que atua no mercado em nome dos seus membros ou cooperados (Ibid.p. 37).

A cooperativa, como prática do cooperativismo, atua em prol de seus sócios; seus serviços oferecem benefícios que os mesmos não teriam numa empresa comum.

---

<sup>2</sup> Adotados pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1939, sofrendo algumas modificações nos Congressos de 1966 e 1995.

## 1.2. OS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO: FOURIER E OWEN

No século XVIII o mundo se encontrava numa encruzilhada, onde os caminhos da humanidade preconizavam novas perspectivas. O capitalismo emergente eliminava qualquer possibilidade dos mais desprovidos construir um futuro melhor. Nesse contexto surgem algumas idéias voltadas para a defesa de uma ação pautada na cooperação.

Historicamente, entre as causas que influenciam o pensamento e a proposta associativista sobressaem os impasses criados pelo capitalismo tanto na dilapidação da força de trabalho, como na geração de uma massa de excluídos. Há uma certa identificação entre os estudiosos no que concerne à idealização de uma nova sociedade pautada em relações sociais mais fraternas, solidárias e democráticas como protótipo de uma sociedade feliz. O “espírito comunitário” enfatizado nas formas solidárias de convivência constituiria a base das sociedades preconizadas (PIRES, 2004, p. 77).

Os autores que mais se destacam são Owen e Fourier. Eles procuram pensar algumas formas de relação entre os indivíduos, pautadas no associativismo; pretendem construir um modelo de sociedade que possibilite a cada pessoa ter o necessário para manter sua vida, defendendo valores como a solidariedade, a cooperação, a integração. A justiça social e a igualdade entre os indivíduos são o objeto de discussão dos autores (Ibid.p. 79).

O que os distingue é como cada um trabalha suas idéias. Owen era um homem prático e mesmo obtendo poucos resultados, procurou concretizar suas idéias construindo uma cooperativa. Já Fourier não passou de um sonhador que ficou só no idealismo, não concretizando nenhuma de suas propostas.

### 1.2.1. Fourier e sua sociedade ideal

Charles Fourier (1772-1837), utopista francês, critica a sociedade de seu tempo (início da sociedade industrial), e lhe opõe a utopia dos “falanstérios”, que seriam ao mesmo

tempo edifícios-cidades e unidades de produção coletivistas e autônomas (Enciclopédia Mirador Internacional, p. 4839), compostas de 810 pessoas de cada sexo. Seria o local da produção associativa com distribuição dos bens conforme as necessidades de cada um; o trabalho seria feito com prazer e o seu produto seria repartido proporcionalmente entre talento, capital e trabalho.

Segundo Fourier, a harmonia entre as pessoas só seria possível quando as mesmas se livrariam de toda moral e censura e se todas as paixões pudessem se realizar livremente; qualquer repressão seria fonte de vícios. O trabalho seria livre, como também a associação entre os indivíduos, e cada um buscaria aquilo que melhor lhe satisfizesse. *“O regime salarial, fonte de injustiças, seria substituído pela livre associação e pelo jogo das paixões, base de uma economia do desejo e não mais do lucro”* (PIRES, 2004. p. 84).

A associação entre as pessoas seria a marca desta nova ordem, onde a sociedade se pautaria pela liberdade e pela vida compartilhada. A arte e a cultura deveriam ser acessíveis a todos e até a educação das crianças seria uma atividade comum, tarefa na qual todos deveriam colaborar.

O caráter de vida comunitária constituía a chave do sucesso do empreendimento: as refeições diárias bem como as programações culturais (...) seriam realizadas em comum; os trabalhos domésticos e a produção seriam divididos entre todos os membros do grupo. Tudo isso estabelecido dentro de uma multiplicidade de relações, sempre permeadas por sentimentos de simpatia (Ibid. p. 84 - 85).

O modelo proposto por Fourier é tratado como o modelo utópico por excelência, pois diferentemente de Owen, suas idéias não saíam do papel. Mas é um marco teórico importante que foi aproveitado por muitos autores, no desenvolvimento de suas idéias sobre o cooperativismo.

### 1.2.2. A contribuição de Owen ao cooperativismo

Owen (1771-1858), industrial, proprietário, mas com idéias socialistas, tinha o sonho de construir uma sociedade livre da propriedade privada e do salário, onde tudo seria coletivizado e o trabalho seria obrigatório para todos. Consegue no ano de 1825 criar a sociedade de seus sonhos, a “*New Harmony*” (PIRES, 2004; p. 81).

Este projeto fracassou, devido à heterogeneidade do grupo e à falta de uma disciplina que conseguisse organizar as pessoas. Mas Owen continuou persistindo no seu sonho e em 1836 escreve o *Livro do Novo Mundo Moral*, que passa a ser a base de inspiração para vários autores. A partir desses princípios surgem muitas organizações que se pautam no coletivismo e que pensam um novo modelo de organização social, que tem por base a cooperação. “*A marca de sua influência vai se revelar na experiência que ficou sendo a referência mundial do cooperativismo – os Pioneiros de Rochdale*” (Ibid.p. 81).

A “*Rochdale Cooperative Manufacturing Society*”, fundada em 1844, se organizava com base em princípios que permanecem substancialmente até hoje:

1) Controle democrático, uma pessoa, um voto; 2) porta aberta, livre adesão; 3) interesse limitado sobre o capital; 4) retorno de excedentes em proporção às compras; 5) vendas em dinheiro; 6) venda de mercadorias de boa qualidade; 7) educação dos sócios; 8) neutralidade política e religiosa (Ibid. p. 82 – 83).

A maioria das cooperativas procura manter estes mesmos princípios, porém novas dinâmicas obrigam muitas vezes a uma reordenação destas idéias. Mostraremos a seguir como estes princípios foram deturpados e como estão organizadas as cooperativas capitalistas hoje existentes.

### **1.3. O DILEMA DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO CAPITALISMO**

Vamos abordar aqui o modelo de cooperativismo que se desenvolveu na agricultura, a partir das idéias de Fourier e Owen e como o capitalismo se apropriou delas. Tentaremos analisar seus principais aspectos, como também mostrar como é trabalhado este modelo de cooperativismo.

A nossa proposta é fazer com isto um contra ponto com as idéias de cooperação do MST, onde trabalharemos a proposta que o movimento pretende implementar nos assentamentos onde trabalha, tentando marcar as principais diferenças entre as duas maneiras de pensar a cooperação.

#### **1.3.1. As características do cooperativismo agrícola no capitalismo**

O modelo tradicional de cooperativa agrícola nasce no sul do Brasil nos anos cinquenta e tem por finalidade a obtenção dos benefícios que o Estado oferece para aqueles grupos que se organizam em cooperativa. Os principais benefícios oferecidos são os juros mais baixos e a maior facilidade na obtenção de crédito agrícola, possibilitada pela credibilidade que a cooperativa vai ter no mercado.

Este modelo de cooperativismo traz consigo contradições: tenta atender aos sócios produzindo resultados tanto econômicos quanto sociais, mas esbarra nas exigências da racionalidade capitalista. Segundo Pires:

Hoje, a conciliação entre filosofia cooperativa e racionalidade capitalista constitui a principal fonte de tensão vivenciada na empresa cooperativa e, ao mesmo tempo, o seu principal desafio. Seguir o modelo cooperativo, dentro dos preceitos e valores mais rigorosos que regem a prática, se mantendo, ao mesmo tempo, na liderança de mercado, se traduz num esforço incessante de se mover a partir de práticas criativas e eficazes capazes de atender, ao mesmo tempo, aos membros no interior da cooperativa e aos clientes internacionais. Até que ponto é possível corresponder às demandas próprias da globalização sem comprometer a identidade do movimento, constitui, portanto, a grande indagação do momento (PIRES, 2004, p. 61)

Esse modelo de cooperação vive num constante processo de reestruturação, buscando atender tanto os sócios, como também seus clientes. No mais, o cooperativismo capitalista tem sido implementado para que o camponês também consiga obter os benefícios que o grande produtor rural tem obtido com muita facilidade. Kautsky já avaliava:

As cooperativas tornaram-se indispensáveis para o agricultor, não como meio, no geral, de reunir o rendimento particular de cada um, de unificar pequenas energias em grande força, mas como meio de não deixar nas mãos dos grandes tão-somente as vantagens que a cooperativa traz para todos os cooperados, de modo que o pequeno também se beneficie de uma pequena parte (KAUTSKY, 1986, p.109).

Nesse sentido, a cooperativa capitalista fica marcada como empresa econômica; não vai visar beneficiar seus sócios como ator coletivo, no máximo vai atendê-los individualmente, mas sobretudo vai visar os interesses da cooperativa como empresa e seu crescimento. Sua finalidade, além da obtenção de crédito mais barato, é a comercialização da produção dos seus cooperados, onde um grande volume de produtos trará chance de obtenção de um preço mais alto, sendo este um dos principais motivos para os agricultores reunirem-se em cooperativas. Pires destaca que: *“as cooperativas agrícolas (...) são exemplos de empresas que precisam adequar sua capacidade produtiva, comercial e financeira, para enfrentar a concorrência das grandes firmas”*. (PIRES, 1994, p.56)

Quanto à organização de trabalho, está voltada exclusivamente para a produção familiar individual, ou empresa familiar, não tendo qualquer caráter coletivo. Cada associado buscará aquilo que melhor se encaixe nas suas expectativas de desenvolvimento da propriedade rural, não pensando nenhuma forma diferente de trabalhar a terra, que não a sua ação individual (MESQUITA, 1998).

A base do cooperativismo capitalista é, em princípios, o seu associado, porém ela trabalha com qualquer indivíduo que venha trazer retorno financeiro. Em muitos casos, são mais valorizados indivíduos de fora da cooperativa, pelo retorno financeiro, ficando os sócios, principalmente os pequenos proprietários, relegados a um segundo plano. O caráter econômico deste cooperativismo se resume no “vale mais quem traz mais retorno para a cooperativa”, marcando com isto seu caráter excludente, pois procura selecionar seus associados de forma que aqueles que não trazem lucros são eliminados de seu quadro de sócios. Mesquita denuncia os fenômenos seguintes:

exclusão de estratos de produtores e trabalhadores rurais assalariados, meeiros, moradores, posseiros, pequenos arrendatários e minifundistas; desproporcionalidade na distribuição dos serviços e outros benefícios resultantes da ação cooperativa, em favor daqueles cooperados melhor situados na escala sócioeconômica; transferência para o interior da cooperativa das relações de dominação e subordinação existentes na comunidade maior, retratando a apropriação da organização por parte de um grupo privilegiado de associados que se perpetua no poder e viabiliza a apropriação dos excedentes de grupos subordinados (Ibid. p. 55).

Este modelo de cooperativa tem um caráter pluriclassista, seus sócios sendo grandes e pequenos proprietários. O que tem ocorrido é a cooperativa beneficiar mais o grande.

### **1.3.2. A distribuição dos lucros no cooperativismo capitalista**

Quanto à distribuição das sobras, normalmente isto não acontece. Segundo nossas próprias experiências, (fui sócios por muitos anos de uma cooperativa) o que acontece na prática é a cooperativa se capitalizar para competir com as outras empresas que atuam na mesma área, relegando a vontade dos sócios a um segundo plano. O caráter capitalista aparece pela importância dada ao tamanho da cooperativa, prevalecendo sobre o interesse dos sócios.

Este procedimento resultou na prática na descapitalização do pequeno produtor rural, e colaborou para que a pequena propriedade rural tenha cada vez mais dificuldade em se

manter viável, contribuindo para o êxodo rural e trazendo mais problemas do que solução para a questão agrária: Kautsky já tinha diagnosticado:

As cooperativas são de grande importância para a agricultura moderna, não representando no entanto, nenhum meio de diminuir as vantagens que os grandes estabelecimentos levam sobre os pequenos, nem mesmo no domínio específico em que a cooperativa começa a atuar. Pelo contrário, a cooperativa costuma funcionar, no geral, como meio através do qual, a referida vantagem passa a aumentar. Quem dela mais parece beneficiar-se é o médio estabelecimento, enquanto a menor vantagem é auferida ao pequeno (KAUTSKY. 1986, p. 131)

Desta forma, como os clássicos da questão agrária mostraram no séc. XIX, esse modelo de cooperativa é uma maneira de exploração capitalista, não tendo nenhuma preocupação com o desenvolvimento social nas áreas de sua atuação. Fica muitas vezes marcado como meio de expropriação dos pequenos produtores com os quais trabalha, via cobrança judicial; pois se a lei não permite expropriar a terra em que mora o camponês, este acabará vendendo sua terra para pagar suas dívidas com a cooperativa.

### **1.3.3. A direção e o planejamento da cooperativa capitalista**

A direção das cooperativas capitalistas é, segundo a legislação, assumida por uma diretoria, eleita em forma de chapa e presidida por um presidente. A função do presidente é seguir as determinações da assembléia, que é a instância máxima nas tomadas de decisão. Porém, é importante destacar que, na prática, não é exatamente assim que ocorre. O método que é normalmente utilizado é a apresentação de propostas já prontas, induzindo os associados a assumirem os planos da direção, impondo com isto as políticas de cima para baixo, sem participação dos sócios nas decisões:

Bem ao contrário do que diz a filosofia, as cooperativas passaram a ser estruturadas de cima para baixo, a partir de iniciativas governamentais e poucas vezes a partir de iniciativas das classes produtoras; se submetendo a um excessivo controle de órgãos

governamentais, abrindo mão do direito de caminharem livremente; passaram a se preocupar muito mais em concorrer com empresas privadas capitalistas do que prestar serviços a seus associados; passaram também a se preocupar em seguir um modelo de atuação voltado à produção de produtos de exportação e raramente à produção destinada ao mercado interno, principalmente gêneros alimentícios (SERRA, 2000: 140).

A estratégia que a diretoria costuma usar para manter o controle sobre seus sócios é cooptar os sócios que exercem liderança nas suas comunidades, para que os mesmos passem a defender os interesses da direção. Isto é possível, pois os agricultores normalmente não têm nenhuma formação política oferecida pela cooperativa de forma que a direção consiga impor a sua política como melhor lhe convier.

Outro fator que mantém este domínio é a pouca informação oferecida aos associados, pois as prestações de contas, por exemplo, são na maioria das vezes incompreensíveis e complexas, e os agricultores não têm condição de interpretá-las, o que impede sua participação.

O planejamento da cooperativa tradicional, na maioria dos casos, é imposto de cima para baixo; todas as orientações e propostas visando o desenvolvimento da cooperativa são pensadas pela administração e apresentadas sem explicação nem discussão. Esta é a forma de atuar em relação aos associados. Desta maneira, são os interesses da diretoria que são privilegiados, sem que sejam levados em conta os interesses regionais, ou da coletividade.

Quanto à questão da formação dos associados, esta é, basicamente, uma formação técnica, oferecendo aos agricultores algumas novas tecnologias que o mercado está produzindo, as quais quase nunca trazem de fato um benefício para o homem do campo, sendo na sua maioria, alguma nova maneira do sistema capitalista espoliar ainda mais o agricultor:

A modernização da agricultura implicou na integração entre indústria e agricultura, quando a forma de produzir acabou sendo imposta por instâncias de fora da unidade de produção, como por exemplo, os pacotes tecnológicos e a crescente utilização de

insumos químicos, biológicos e físicos, necessários para o desenvolvimento da produção agrícola (FABRINI, 2001; 45).

Dentro dessa perspectiva de atuação, a cooperativa capitalista torna-se uma defensora incondicional das novas tecnologias apresentadas pelo mercado, impondo quase sempre as mesmas a seus sócios, pregando que quem não as utilizar ficará fora do mercado, pois seus produtos não estarão atingindo os “padrões de qualidade” que o mercado, hoje globalizado, exige.

Na prática, as cooperativas foram usadas pelo sistema econômico dominante na tarefa de conseguir a qualquer custo a modernização da agricultura brasileira. Direta e indiretamente, as cooperativas, agindo em nome do governo, estimulam seus associados a mecanizarem suas lavouras, a produzirem para exportar e, em última análise, a se tornarem dependentes do grande capital (SERRA, 2000; 140).

Com relação aos critérios para se tornar sócio, estes passam sempre pela questão econômica, sendo aceito aquele sócio que tenha alguma viabilidade econômica, não tendo a cooperativa nenhuma preocupação em trazer benefícios socioculturais. Tampouco se preocupa em envolver os agricultores na luta por uma reforma agrária, nem a obter tecnologias mais apropriadas à realidade dos agricultores, ou ainda espaços de lazer e sociabilidade, ou políticas para frear o êxodo rural. Esse tipo de cooperativa não se dá como objetivo modificar as perspectivas de trabalhar a terra ou melhorar a qualidade de vida no campo.

Os projetos ou planos, na maioria dos casos, são impostos através de “pacotes”. Estes já prontos são apresentados somente para a aprovação dos sócios, não dando a eles qualquer espaço para a discussão. Quanto à viabilidade da cooperativa, leva em conta somente a questão econômica, mesmo que traga dificuldades aos agricultores mais fracos:

A exemplo do que fazem as instituições de crédito hipotecário, que fazem do empréstimo um tipo de comércio, as cooperativas também não demonstram o mínimo interesse em perder tempo com a concessão de empréstimos a pequenos estabelecimentos agrícolas, pois esses só dão problemas e despesas (KAUTSKY, 1986; 109).

Dessa forma, a cooperativa capitalista busca se inserir no mercado, eliminando alguns dos atravessadores; obtém maior lucro na comercialização por meio da união de um grande número de agricultores, conseguindo maior volume de produtos e maior poder de barganha ao negociar estes produtos. Porém, o seu principal problema é que não consegue fugir do jugo do mercado, e cada vez mais se volta para um sistema empresarial, perdendo seu caráter cooperativo; ela passa a funcionar como uma empresa particular, deixando de cumprir com seu principal objetivo que é buscar uma melhor condição de vida no campo.

#### **1.4. O COOPERATIVISMO TRADUZIDO PELO MST: A BASE TEÓRICA**

A organização dos assentados sempre foi um dos grandes problemas na reforma agrária. Para ajudar a resolver esta questão, o MST propõe um modelo de cooperação que pretende nortear os caminhos que o assentamento deve seguir para melhor atender às necessidades dos assentados (BOGO. 1999; STEDILE. 1997).

Nesta perspectiva, vamos discutir aqui as propostas do movimento, analisando como o MST entende a cooperação, e como tenta introduzir a cooperação nos assentamentos, seguindo uma série de fases, buscando chegar ao modelo que considera como o ideal.

Pretendemos assim ajudar a compreender em que situação se encontra o assentamento no qual fizemos o trabalho de campo. A partir desse exemplo, esperamos perceber que tipo de cooperação tem sido relevante para o desenvolvimento dos assentamentos e o que pode ser

empecilho na busca da manutenção em longo prazo da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária.

#### **1.4.1. As origens teóricas da proposta de cooperativismo do MST**

Os autores que o movimento utiliza para dar apoio a sua práxis, como fonte para seu projeto e sua ideologia, são Friedrich Engels e Karl Kautsky. Eles acreditavam que o único caminho a ser seguido, para que o camponês não seja expulso do seu meio de produção, é a sua organização. Ambos têm uma proposta parecida para a solução deste problema: a organização dos camponeses em cooperativas. Este cooperativismo que eles propõem não pode estar pautado na individualidade, mas numa ação coletiva, possibilitando a construção do socialismo. Analisaremos a seguir o modo como cada um deles vê esta perspectiva.

#### **1.4.2. A contribuição de Engels**

O MST busca nas idéias de Friedrich Engels a ajuda teórica para trabalhar um modelo de cooperativismo, como também para demonstrar que só por meio da cooperação será possível a manutenção do camponês na sua terra. O MST acredita que o camponês cooperado poderá, por meio desta forma de organização agrícola, construir os mecanismos para o seu desenvolvimento social e econômico.

Engels, ao trabalhar a questão agrária na França e na Alemanha, vai demonstrar como este camponês é desprovido da sua liberdade ao buscar uma vida melhor para si e para sua família. O camponês não passa de um trabalhador submetido às regras do capitalismo, sem nenhuma chance de sobrevivência se continuar trabalhando de forma individual: *“este pequeno camponês, tal como o pequeno artesão, é também um operário que se diferencia do proletário moderno por estar ainda com a posse do seu meio de trabalho, [é], portanto uma sobrevivência de um modo de produção passado”* (ENGELS, 1985; p. 515).

O camponês, ao continuar trabalhando individualmente, estará somente protelando o seu inexorável destino, que é endividar-se; a única saída que lhe restará será vender sua propriedade para pagar as dívidas. Com isto, restará o caminho da cidade, onde será mais um proletário explorado pelo capitalismo, ou a busca do usurário, que em nada resolverá o problema principal de manter-se como produtor ativo no campo.

Engels diz que são inúteis as tentativas de encontrar maneiras de manter o camponês na sua terra, e que qualquer esforço será inevitavelmente fracassado. Segundo Engels, as diversas possibilidades experimentadas visando melhorar as condições de vida do camponês não passam de paliativo e nenhum resultado prático foi atingido. *“Nossa tentativa de proteger os pequenos camponeses na sua propriedade, não protege a liberdade deles, mas apenas a forma particular de sua servidão”* (Ibid. p. 520).

Portanto, para Engels e para o MST, caminho a se buscar para resolver esta questão, que tem trazido tanta dificuldade ao camponês, não é a manutenção da pequena propriedade individual, mas sim, a posse comum dos meios de produção. Com relação a isto, Engels afirma:

A tarefa do socialismo não seria, porém, separar a propriedade do trabalho, mas pelo contrário, unificar estes dois fatores de toda a produção nas mesmas mãos- (...); a sua tarefa é, antes, apenas a transferência dos meios de produção para os produtores como posse comum (Ibid. p. 520).

Sendo assim, o que resta a este camponês é buscar uma nova maneira de desenvolver suas atividades econômicas e sociais. Neste sentido, a contribuição de Engels leva o MST a entender que a maneira de resolver este problema é a coletivização do principal meio de produção, a terra:

A nossa tarefa face ao pequeno camponês consiste, antes do mais, em fazer transitar a sua exploração privada e a sua posse privada para uma [exploração e posse] cooperativas, não pela força, mas através do exemplo e da oferta de ajuda social para esse objetivo. E aqui temos, sem dúvida, meios suficientes para fazer entrever ao pequeno camponês vantagens que já agora lhe terão de saltar à vista (Ibid. p. 527).

Para Engels somente a cooperação vai propiciar o desenvolvimento de mecanismos necessários para a luta:

O principal em tudo isto é, e continua a ser, tornar compreensível aos camponeses que nós só podemos salvar a posse da casa e do campo deles, só a podemos manter pela transformação em posse e exploração cooperativas. É, precisamente, o cultivo individual [Einzelwirtschaft] condicionado pela posse individual que empurra os camponeses para a decadência. Se eles insistirem na exploração individual [Einzelbetrieb], o seu modo de produção antiquado será suplantado pela grande exploração capitalista (ENGELS, 1985; p. 528).

Para fugir da exploração capitalista, o camponês deve buscar um novo modelo agrário, pois este que lhe está posto não oferece as condições necessárias para o seu desenvolvimento e a sobrevivência no campo.

A cooperativa será o meio pelo qual se fará a transformação, não só econômica dos assentamentos, como também e, principalmente, a transformação social: *“precisamos construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores”* (MST, 1998; p. 10).

O movimento acredita que a cooperativa possibilitará aos camponeses a sua organização com base num novo modelo, propiciará as condições para sua manutenção no campo, como também a construção de uma nova mentalidade acerca de como deve ser trabalhada a questão agrícola.

Buscando um novo modelo agrário, o MST obtém, nas idéias de Engels, a base teórica para dar sustentação à luta pela conquista da terra e para pensar um novo modelo agrícola. Como observamos nas palavras de Engels:

Contra este declínio não podemos fazer nada, a não ser recomendar aqui a reunião dos bens [*Güter*] em exploração cooperativa, pelo que a exploração do trabalho assalariado pode ser cada vez mais eliminada e a grande transformação em ramos – com iguais direitos e iguais deveres – da grande cooperativa nacional de produção pode ser introduzida. Se os camponeses virem a inevitabilidade da decadência do seu modo de produção actual e tirarem daí as necessárias conseqüências, virão até nós e será nossa função facilitar-lhes, na medida de nossas forças, a transição para o modo de produção transformado (Ibid. p. 531).

Trabalhando com as idéias de Engels, o MST propõe uma política agrícola voltada para a defesa de uma agricultura moderna, mas com os olhos voltados para o atendimento do interesse do agricultor assentado.

O MST percebe as dificuldades para se construir um modelo cooperativo voltado para a coletividade, porém, o movimento entende que para isto se realizar, primeiro é necessário a transformação do próprio homem, construir uma nova consciência. Para tanto, é preciso que este novo homem compreenda que é primordial construir uma nova mentalidade no campo. O movimento percebe as dificuldades em realizar este trabalho de transformação da realidade, hoje posta no campo; é preciso em primeiro lugar entender o camponês.

As idéias de Engels contribuem para o MST no sentido de demonstrar que só por meio da organização cooperativa será possível construir os mecanismos necessários para a manutenção do camponês na terra; só trabalhando de forma cooperativa, as suas propriedades poderão obter resultados que venham atender à necessidades mínimas para se desenvolverem com dignidade no campo.

### 1.4.3. A contribuição de Kautsky

Kautsky também vê o cooperativismo como solução para muitos dos problemas encontrados pelos camponeses. A cooperativa pode ser um incremento para melhorar as condições econômicas da pequena propriedade agrícola, fomentando novos mecanismos para a obtenção de melhores rendimentos, trazendo com isto melhores perspectivas à pequena propriedade agrícola.

O grande problema, para Kautsky, na construção do cooperativismo entre os camponeses é a dificuldade que eles têm de trabalhar em conjunto.

Kautsky percebe que o camponês tem internalizado uma visão individualista para com a sua propriedade; ele aprendeu historicamente a ser dono da sua terra e é difícil modificar esta situação:

Não há meio em que as condições prévias para a organização de cooperativas se encontrem mais fracamente desenvolvidas do que entre os camponeses; suas condições de vida e de trabalho os isolam completamente, reduzem ao mínimo o seu horizonte político, e roubam-lhe o tempo livre que a autogestão cooperativa exige (KAUTSKY, 1986; p. 109).

Desta forma, o que acontece com o cooperativismo é que ele atenderá, de forma mais completa, somente aqueles grupos que conseguem uma melhor organização, sendo os mesmos aqueles que possuem grandes propriedades rurais, pois os mesmos terão, segundo Kautsky, mais interesses comuns. Assim, será mais fácil construir uma ação coletiva voltada a atender esses mesmos interesses.

Kautsky avalia que, para o camponês, os caminhos da cooperação só têm trazido resultados efetivos quando se trata de cooperativas de crédito, pois estas não trarão consigo os problemas que as cooperativas de pequenos agricultores têm demonstrado:

Para o pequeno camponês, a cooperativa de crédito lhe interessa principalmente no que se refere à concessão de crédito pessoal. No entanto, o que o lavrador não consegue obter, a cooperativa de crédito consegue. Ela consegue obter o crédito do grande capital monetário, fazendo jus às condições impostas pelo capitalismo moderno. Se por um lado, os empréstimos solicitados pelos lavradores individuais são pequenos demais para demonstrar interesse do grande capital, os de uma cooperativa inteira desempenham, por outro lado, um papel bem diferente. Se o empréstimo concedido a um camponês desconhecido representa um sério risco para o banco da cidade, a solidariedade dos cooperados reduz esse risco a um mínimo (Ibid. p. 109).

Seguindo este caminho, o MST tem procurado desenvolver cooperativas de crédito em todos os assentamentos em que isto é possível, para trazer aos assentados os benefícios que esta cooperativa de crédito oferece, ou seja, a obtenção de crédito a juros mais baixos que os cobrados pelos bancos capitalistas.

Porém, Kautsky não descarta a viabilidade da cooperativa de produção. Ele aponta casos em que a cooperativa, em moldes socialistas, obteve êxito. Segundo ele:

Nem todas as experiências foram bem sucedidas; as que foram, chegaram mesmo a servir de modelo à sociedade socialista. Essas tentativas provaram inequivocamente uma coisa: a produção coletiva é possível, como também é possível substituir o capitalista individual por instituições de ordem social (Ibid. p. 114).

Kautsky quer provar com isto que um modelo de cooperação coletiva é viável, sendo para tanto necessário construir os mecanismos apropriados para que ele possa trazer resultados satisfatórios.

O MST também visualiza a perspectiva de construir este novo modelo agrícola, onde os parceiros da terra trabalhem juntos, e com isto construir uma nova mentalidade em relação à posse e ao uso das terras. Não é possível impor isto de cima para baixo, obrigando o camponês a se adaptar a este novo modelo. Como Kautsky observa, precisa, num primeiro tempo, demonstrar experimentalmente as vantagens do cooperativismo:

A transição para a produção cooperativa não pode partir do proprietário; pode partir apenas dos que não são proprietários. Mas isso não significa que ao camponês e ao artesão apenas resta um caminho para chegar à produção cooperativa, ou seja a passagem pelo estágio intermediário do proletariado; não significa que eles tenham que ser espoliados necessariamente pelo capital, ou que a produção socialista seria impossível enquanto houvesse camponeses e artesãos. Nada mais errôneo! Significa apenas que caberá ao proletariado vitorioso e a ele tão-somente a iniciativa de recorrer à produção cooperativa; caberá a ele criar as condições que permitam estabelecer, de fato e não apenas do ponto de vista teórico, a passagem da atividade artesanal e agrícola para a grande produção cooperativa (Ibid. p. 118).

Tendo isto em mente, o MST também sabe que não é possível impor este novo modelo ao agricultor assentado, que é necessário, primeiro, lhe oferecer modelos ou lhe permitir experiências para que tenha condição de escolher qual o modelo que ele quer. Só assim é que se tornará viável a produção cooperativa. Fazer com que este “novo” camponês tenha em sua mente a compreensão do que é cooperação e de suas vantagens.

Seguindo por este caminho, o MST entende que é preciso buscar soluções específicas para cada caso em particular, pois não existe solução mágica que dê conta de atender a todas as particularidades.

### **1.5. A PRÁTICA DO MST: O SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS (SCA)**

Faremos agora uma análise da cooperação tal como pensada pelo MST, procurando demonstrar as peculiaridades deste modelo e as modalidades que existem nos assentamentos, dando ênfase à questão do funcionamento de cada uma.

Mas antes disso, apresentaremos os objetivos do MST ao tentar introduzir o cooperativismo nos assentamentos, para depois mostrar, passo a passo, as diversas formas de cooperação estimuladas pelo movimento como experiências para facilitar a introdução do cooperativismo nos assentamentos.

### 1.5.1. Os objetivos da cooperação via SCA

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) nasce com o objetivo de ser o meio fomentador do cooperativismo nos assentamentos apoiados pelo movimento, sendo ele responsável, tanto pela elaboração de projetos, quanto pela implementação da discussão com os assentados para buscar a melhor maneira de por em prática estes objetivos.

Esta nova perspectiva em relação ao cooperativismo que o MST busca construir tem a pretensão de atingir o assentado, tanto na questão econômica, como também no seu desenvolvimento sócio-político. O *“SCA nasceu para se especializar na organização da produção. Hoje ele aglutina e organiza os assentados, os representa politicamente, mobiliza-os, presta serviços, desenvolve a capacitação técnica e contribui com a organicidade do MST”* (MST, 1998; 12).

Este novo sistema pretende representar um grande avanço rumo ao objetivo final que o movimento visa construir no meio rural. Ele visa possibilitar uma grande melhoria na qualidade de vida dos assentados, trazendo uma nova oportunidade de manutenção dos trabalhadores rurais na sua terra, desenvolver uma nova mentalidade para o homem do campo, politizando e ensinando uma forma de trabalhar a terra, onde o importante é o desenvolvimento de todo o grupo e não apenas de alguns indivíduos:

A cooperação agrícola não pode ser organizada apenas visando resolver o aspecto econômico. tendo em vista o estágio de desenvolvimento do capitalismo, a descapitalização dos assentados, as questões culturais, o custo de produção de alguns produtos etc. É preciso ter uma política ampla que possibilite levar em conta todos os problemas: econômicos, políticos e sociais, sabendo que nem tudo é possível resolver neste estágio de desenvolvimento (GUERRA, 1990; 146).

Neste sentido, o SCA tem alguns objetivos a realizar:

1) *Objetivos orgânicos*: estes se referem às formas de organizar os assentados, na sua ação política, fazendo com que cada vez mais gente se integre ao movimento. Isto deve fortalecer a base do MST. Para tanto, se devem liberar quadros para trabalhar em novas frentes, que vão ampliar a atuação do movimento, fomentar novos espaços de luta e programar as estratégias que vão nortear e dar sustentação econômica aos assentamentos. Precisa ainda financiar, dentro do possível, todos os projetos que devem ser construídos, e desenvolver a consciência política e social, para que o assentado possa perceber as vantagens que o trabalho coletivo pode trazer para o grupo.

2) *Objetivos sócio-políticos*: estes devem ser pensados no sentido de ser uma forma de resistência ao capitalismo. Não é possível construir um novo modelo agrário levando em conta somente a questão econômica, acreditando com isto que se esteja livre da exploração capitalista. O movimento pretende transformar as ações econômicas no campo, na defesa de toda a coletividade, fazendo disto uma luta política e ideológica, para servir de exemplo, mostrando com isto que. *“A reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista do desenvolvimento econômico”* (MST. 1998: 13).

Pretende usar isto como propaganda, para que a sociedade possa ver que a construção de um mundo melhor é possível, conquistando desta forma novas alianças, unindo mais gente na luta pela reforma agrária, acumulando forças para a transformação da sociedade.

Outros objetivos imprescindíveis para o MST são: criar melhores condições de infraestrutura nos assentamentos, como moradia, energia elétrica, educação, cultura, etc. para, *“contribuir para a construção do novo homem e da nova mulher. Pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros”* (Ibid. p. 13).

Isso possibilitará que, cada vez mais, o conjunto da sociedade perceba a necessidade da reforma agrária, e também compreenda a importância da luta do movimento, buscando a construção de um mundo com justiça social e igualdade de oportunidades.

### *3) Objetivos econômicos*

Os objetivos econômicos devem ser trabalhados no sentido de resolver os problemas das famílias assentadas, desenvolvendo a cooperação agrícola, para que se possa obter “sobras”, ou seja, resultados financeiros, aumentando o progresso econômico e social. Estas propostas devem estar de acordo com a realidade dos assentamentos, de forma que possam suprir as carências da agricultura familiar. Para isso deve se desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade de cada assentamento.

O movimento entende que a reforma agrária beneficia todo o conjunto da sociedade, pois ao resolver o problema do camponês e trazendo de volta ao campo o agricultor que foi expulso da terra, estará resolvendo também, ou pelo menos diminuindo a pobreza nas cidades.

#### **1.5.2 As tarefas do SCA e as estratégias do MST**

O Sistema Cooperativista dos Assentados tem como principal tarefa constituir a estrutura que vai dar sustentação ao projeto do MST. É ele que vai criar os mecanismos necessários, inclusive a sustentação financeira, para o processo de transformação pretendido pelo movimento dos trabalhadores sem terra. Este avalia que o SCA vai mostrar que a construção de uma nova sociedade com base em valores éticos e morais é possível, fazendo com que o capital perca sua força, dando lugar a uma nova forma de sociedade.

O SCA deve alimentar a esperança num futuro melhor, não só para os assentados no imediato, mas também para as gerações futuras:

Mostrar para a sociedade que é possível mudar, de que existe um outro caminho diferente do caminho definido pelo capitalismo. Mostrar que queremos mais que reforma agrária. Nós queremos uma vida digna para todos os trabalhadores, para toda a sociedade (MST, 1998: 10).

Com estas propostas, segundo o MST, será possível atrair as pessoas para o lado do movimento, para que cada vez mais pessoas passem a acreditar na sua luta, demonstrando que o que o movimento busca construir é algo novo; mas esse “novo” não é contra a sociedade, muito pelo contrário; vem justamente atender àquela parcela da população que hoje está fora da ação do Estado, que mais precisa ser valorizada, tendo minimamente os seus direitos de cidadania respeitados.

Também é tarefa do SCA demonstrar o bom desempenho dos assentamentos organizados segundo esses princípios, mostrar como eles têm propiciado uma vida melhor para aquelas famílias que antes estavam relegadas a um segundo plano nas periferias das grandes cidades, tendo agora estas mesmas famílias, o seu destino nas próprias mãos.

A questão da organização dos assentamentos também é fundamental para o crescimento do MST. Sem uma forte estrutura organizacional, não será possível manter o bom funcionamento dos assentamentos. O SCA deve ser construído partindo da base, isto é: os assentados devem perceber o que é necessário para o assentamento, pois somente quando todos se sentirem parte integrada de uma organização social, irão dar o devido valor, se esforçando para que cada vez mais a sociedade trilhe caminhos onde o importante é o ser humano e não o capital.

O MST entende que para ser possível construir uma nova sociedade, é preciso primeiro, construir uma nova maneira de se pensar o mundo, onde os valores cultuados devem levar em conta a sociedade como um todo, não privilegiando apenas a elite.

Desta maneira, o SCA deve desenvolver novos valores éticos e morais, participando e se integrando nas discussões do assentamento, trazendo isto para a convivência no dia a dia dos assentamentos:

Através da organicidade, que é a relação das diferentes dimensões da vida humana com as diferentes áreas de atuação da organização, da convivência social e política, é possível aprofundar e controlar os aspectos relacionados com o comportamento ético ou moral dos camponeses, tanto em relação à organização como também ao comportamento na vida social (...) (BOGO, 1999; 146).

Pautado nesta perspectiva, o SCA quer fomentar cada vez mais, no cotidiano dos assentamentos, esta nova maneira de ver o mundo, pois avalia que isso dá uma nova chance para aquelas pessoas que o capitalismo exclui.

Além das tarefas voltadas para os assentamentos, o SCA não deixa de ter uma preocupação com os problemas que enfrenta todo o povo brasileiro, pois ele entende que este só será realmente forte quando toda a sociedade brasileira tiver também os seus direitos mínimos de cidadania: *“Precisamos desenvolver a consciência de nação e de pátria a partir dos interesses da classe trabalhadora. O Brasil tem que ser do povo brasileiro, ele é nosso. Só assim faremos frente à globalização”* (MST, 1998; 18).

O MST entende que somente trabalhando um projeto para todo o povo brasileiro é que será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária. Não é possível trabalhar somente a causa dos trabalhadores da agricultura, pois sozinho, o MST não atingirá seus objetivos. A estratégia está voltada para que uma nova sociedade surja da luta de todos os trabalhadores, e que, portanto, como parte integrante da nação brasileira, o MST estará solidário com todas as causas que envolvam os trabalhadores do Brasil.

### 1.5.3. As diversas formas de cooperação do SCA e suas funções

Para produzir este texto, utilizamos o *Caderno de Cooperação do MST* (MST, 1998:61-71) que descreve cada modelo de cooperação existente nos assentamentos, como também o texto *Associativismo de produção na agricultura* (GUERRA, 1990; 115-181) o qual discute detalhadamente cada modelo e sua função.

O Sistema Cooperativista dos Assentados trabalha com as mais diversas formas de cooperação, sendo toda e qualquer uma muito bem vinda. Essas formas vão desde as mais simples até as mais complexas. O importante é o ato de cooperar, é esta ação que é vista como o meio necessário para o desenvolvimento de uma nova maneira de se conceber a ação coletiva. Assim sendo, vamos mostrar a seguir as principais formas de cooperação praticadas nos assentamentos acompanhados pelo MST.

#### *Mutirão, puxirão, troca de serviços:*

Esta é a forma mais simples de cooperar. Ela é praticada naqueles momentos de muito apuro, quando uma grande tarefa deve ser feita em um curto espaço de tempo. Para tanto, os vizinhos, amigos ou parentes se unem para realizar essa determinada tarefa. Esta forma de trabalho funciona de acordo com as necessidades de cada agricultor.

#### *Núcleo de produção:*

Neste caso, alguns assentados se unem para trabalhar com uma determinada linha de produção, que tem por finalidade aumentar o volume da produção (leite, hortaliças, etc.), para obter uma renda maior e também maior facilidade para a comercialização.

É uma experiência ainda nova, em fase de implantação. Busca juntar famílias que têm algumas características em comum, como vizinhança, parentesco ou linha de interesse. Está sendo utilizada naqueles assentamentos que ainda trabalham de forma individual e que

não tiveram uma experiência com a cooperação, ou tem dificuldade em buscar uma forma de cooperação mais avançada. Trata-se de uma experiência que pode demonstrar as vantagens da cooperação, como Kautsky o recomendava.

Nesse caso, a terra, o trabalho, o capital e o planejamento da produção continuam de forma individual e familiar. A moradia tanto pode estar no lote individual como em agrovila, dependendo das condições. Quanto aos aspectos legais, os grupos ou famílias fazem parte de cooperativas de prestação de serviços regionais ou de grandes associações, funcionando como instâncias das mesmas, não tendo registro legal autônomo; eventualmente podem estar organizados somente em grupos de famílias.

#### *Associações:*

Podem ser de vários tipos, como de transporte, comercialização, benfeitorias, aquisição de animais, máquinas agrícolas, etc. As associações apenas prestam serviços de interesse comum, têm por finalidade facilitar o trabalho de todos os membros do grupo, como também diminuir os custos de determinadas atividades que, sendo trabalhadas individualmente, seriam muito onerosas.

As associações podem trabalhar com diversas áreas de atuação, sendo formadas por pessoas que se juntam para buscar soluções para os problemas que dificilmente resolveriam sozinhas; a mais presente nos assentamentos é a associação de máquina. A terra é em parte destinada ao grupo coletivo e em parte ao uso individual, sendo que a proporção destinada a um ou a outro varia de grupo para grupo. O capital, da mesma forma, é repartido de acordo com a proposta da associação. As atividades já apresentam algum grau de divisão social do trabalho, o tempo é dividido entre a área coletiva e os lotes individuais, estabelecendo-se condições para isso.

Nesta forma de organização, as moradias ficam normalmente em agrovilas, podendo em alguns casos permanecer nos lotes individuais, dependendo da decisão dos assentados.

#### *Grupos semicoletivos:*

Este modelo de associação é trabalhado tanto em lotes individuais quanto coletivos. Nos lotes individuais é produzida normalmente a subsistência; já os lotes coletivos têm uma ou duas linhas de produção, voltadas para o mercado.

Esta experiência de cooperação na produção foi muito utilizada no período de 85 a 88. Com o tempo foi se reduzindo, dando lugar a outras formas de associação mais completas. Na prática, esta forma de cooperação não alcançou os objetivos desejados, por ficar marcada a contradição entre os interesses particulares com os coletivos. Ou estes grupos avançam para formas mais avançadas ou retrocedem para o individual. Os procedimentos em relação ao trabalho, terra, capital, planejamento e moradia, seguem os mesmos moldes da associação.

Quanto ao aspecto legal, os grupos semicoletivos têm sido organizados de várias maneiras, registrados formalmente ou sem registro, segundo o modelo elaborado livremente por cada assentamento.

#### *Grupos de ação coletiva*

Nestes casos, a produção é toda coletivizada, tendo seu estatuto e seu regimento interno, porém esses grupos não são registrados em cartório. A comercialização é realizada em conjunto, sempre no nome de cada assentado, pois a escritura ainda é individual.

Os grupos de ação coletiva, para o MST, representam um passo a mais na organização da produção. Seus membros já possuem um grau de conscientização política bastante elevada, o que pode facilitar a organização; cada sócio compreende seu papel dentro do trabalho cooperativo. As famílias que buscam este tipo de cooperação estão dispostas a

exercerem ativamente seu papel político dentro do MST, tanto no desenvolvimento da agricultura familiar como na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O título da terra está no nome do membro do grupo. O que não é feito neste caso é a divisão dos lotes, os quais ficam sob controle do coletivo, sendo em alguns casos reservados pequenos lotes para a agricultura de subsistência. Todo e qualquer investimento é feito coletivamente, não é realizada nenhuma atividade econômica fora do grupo de cooperação. Nestas experiências, como já existe uma conscientização maior, o trabalho é realizado coletivamente, existindo uma divisão do trabalho social, onde todas as atividades realizadas passam por um planejamento prévio. Os grupos são divididos por setores. Cada indivíduo terá a sua função específica dentro do grupo. O planejamento da produção passa sempre por uma ampla discussão pelo coletivo dos sócios, cabendo a palavra final à assembléia. A construção das moradias se dá em agrovilas, pelo fato de não haver a divisão dos lotes.

Estes grupos não possuem registro formal, não precisam ser legalizados, o que não significa que dispensam organização e controle. Possuem regimento interno e registram suas decisões, com normas regulamentando seu funcionamento.

Esta forma de organização tem sido uma experiência importante como exercício prático, na busca de um modelo totalmente coletivizado. Serve de exemplo para que outros grupos busquem formas mais complexas de cooperação, sendo este modelo o que mais tem avançado na direção da formação das cooperativas de produção agropecuária (CPA).

#### *Cooperativas de Prestação de Serviços de um assentamento (CPS):*

Neste caso, já se trata de verdadeiras cooperativas que trabalham para dar sustentação às outras formas de cooperação, e aos assentados que produzem no lote familiar. Elas vão ajudar tanto na comercialização dos produtos, como também na assistência técnica, no

fornecimento de insumos agrícolas e ainda fabricando algum produto do interesse dos assentados.

Este modelo vai servir basicamente para dar apoio logístico para os assentamentos, sendo importante na definição das estratégias; vai ser fundamental nos novos assentamentos, pois será o primeiro tipo de verdadeira cooperativa funcionando na prática.

#### *Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR):*

São cooperativas que abrangem uma região, fazendo parte dela vários assentamentos. Esta é a principal característica de uma CPSR, pois, na sua área de atuação, segue o mesmo caminho e atua nas mesmas áreas que a cooperativa de prestação de serviços.

A CPS (Cooperativa de Prestação de Serviços) e a CPSR são cooperativas que têm as mesmas formas de atuação, diferenciando-se somente pela suas áreas de abrangências. Elas não possuem terras, pois como prestadoras de serviços, não trabalham diretamente com a produção nos assentamentos. O capital social é controlado pela cooperativa, as sobras (ou renda) são distribuídas entre os sócios.

#### *Cooperativas de Crédito:*

Têm como finalidade fazer com que o dinheiro dos assentados circule entre os próprios assentados, e com isto oferecer juros mais acessíveis para os mesmos, estando todas elas ligadas ao SICREDI, (Sistema de Crédito Cooperativo) que é o banco das cooperativas de todo o Brasil.

### *Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS):*

Tem como proposta planejar, organizar, transformar e comercializar uma ou mais linhas de produção de forma coletiva, além de oferecer os mesmos serviços para várias linhas desenvolvidas nos lotes familiares dos assentados.

Este modelo é uma forma de transição entre a CPS (Cooperativa de Prestação de Serviços) e a CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária); ela começa quando uma cooperativa de prestação de serviço busca novas formas de trabalhar, partindo para a produção.

Pode ser classificado em dois tipos:

- a) O mais simples, onde a cooperativa começa a trabalhar tanto na prestação de serviços como também na produção. Isto ocorre quando a cooperativa atinge certo grau de desenvolvimento econômico, começando a industrializar algum produto dos assentados ou até mesmo de terceiros.
- b) O nível mais avançado é uma combinação entre o interesse do coletivo e o interesse dos indivíduos. A cooperativa vai trabalhar com parte da produção centralizada nela e outra parte ficado com os sócios. É um modelo mais próximo daquele pretendido pelo MST como modelo ideal. Nesta forma de cooperação, a terra pode tanto ser totalmente coletivizada, como parcialmente coletivizada, uma parte ficando individual. Quanto ao capital, deve ser centralizado na cooperativa. O trabalho pode ser realizado de duas formas. No primeiro caso, o trabalho é coletivizado, e cada núcleo da cooperativa disponibiliza a mão de obra necessária para a realização das atividades de produção. No segundo caso, a mão de obra é assalariada, incorporando um associado para cada posto de trabalho; esta segunda forma é mais simples do ponto de vista da organização e mais complexa quanto à questão jurídica, por causa do vínculo empregatício (os encargos sociais devem ser garantidos de acordo com a CLT).

Quanto ao planejamento da produção, ele é centralizado, decidindo-se o que deve ser produzido para o mercado e o que será produzido pelos associados nas diversas formas de cooperação, pois este modelo de cooperativa pode tanto trabalhar com um grupo de pessoas individuais, com uma cooperativa ou com várias cooperativas.

Quanto aos aspectos legais, a CPPS segue as leis que regulamentam as cooperativas; é registrada na junta comercial, pois é uma empresa com fim econômico, fiscalizada pelo governo, e sofre um controle muito maior que os grupos e associações.

#### *Cooperativa de produção agropecuária (CPA):*

É a “menina dos olhos” do MST, a forma final de cooperativismo que o movimento pretende implantar em seus assentamentos. Este modelo é totalmente coletivizado, desde as terras que ficam de posse da cooperativa, de propriedade social, até a produção, onde os sócios trabalham e repartem as sobras entre si, conforme o trabalho aportado por cada um.

A história da cooperativa de produção agropecuária começa a partir de 1989, como forma de experiência do MST, tendo muitas características de uma associação coletiva; a principal diferença é a sua personalidade jurídica, porque este modelo deve ser regido pela legislação cooperativista brasileira.

A complexidade da CPA se deve às dificuldades que são inerentes a esta forma de cooperativismo. Além de toda a questão burocrática com a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, existem outros fatores que devem fazer parte dela: a terra deve ser totalmente coletiva, ela deve ser situada numa área estratégica para o movimento, formar novos líderes e também liberá-los para continuarem a luta.

Nos estados do sul, já existem algumas dessas cooperativas, inclusive com o título da terra em nome da cooperativa.

A questão fundamental nesta forma de cooperação diz respeito à formação dos associados. O MST entende que para que estas cooperativas alcancem seus objetivos, cada sócio deve saber claramente como funciona e quais objetivos devem ser atingidos. *“Compreendemos que as mudanças resultam de uma sucessão e acumulação de microtransformações que estão ocorrendo no assentamento. E, isso, acreditamos ser de fundamental importância para a evolução das ações coletivas ali em desenvolvimento”* (LAZZARETTI, 2000; 169).

Assim, cada assentado deve saber que ele é “mais um” na luta muito maior que o movimento tem pela frente, devendo estar disposto a continuar defendendo os interesses de todos que ainda não conquistaram a sua terra.

#### **1.6. CONCLUSÃO: A COOPERAÇÃO E SUAS DIFERENTES POSSIBILIDADES**

Após ter mostrado neste capítulo como o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra pensa a cooperação e o cooperativismo, podemos destacar que há uma clara diferenciação entre este modelo e o modelo trabalhado no capitalismo.

O cooperativismo no sistema capitalista traz alguns benefícios ao agricultor associado, porém não dá conta de todas as necessidades da pequena propriedade rural. Neste sentido, não satisfaz o camponês, de um lado porque o caráter desta forma de cooperação é apenas econômico, e mais ainda uma forma de exploração capitalista, e do outro lado porque não tem qualquer responsabilidade com a agricultura familiar e a manutenção do camponês na sua terra.

O modelo cooperativista dos assentados procura mostrar que é preciso construir uma nova maneira de trabalhar a pequena propriedade rural; avalia que conseguirá a manutenção

da agricultura familiar somente por meio da organização cooperativa, cujas propostas se voltem para o atendimento das necessidades sociais, e não apenas das econômicas.

Assim podemos concluir que, para o MST, o modelo capitalista não é viável como forma de apoio para a pequena propriedade rural. Como afirmam os clássicos dos quais o MST se inspira, este afirma que a manutenção da pequena propriedade só é possível pela organização dos camponeses segundo um modelo de cooperação que busque não somente o resultado econômico, mas também as questões socioculturais.

## CAPÍTULO II

### O CAMPESINATO E SUAS CARACTERÍSTICAS

#### 2.1. AGRICULTURA FAMILIAR OU CAMPESINATO?

A discussão acerca do conceito de Camponês e de Agricultura Familiar nos leva a pensar como estes conceitos são utilizados historicamente. O termo “campesinato” é utilizado por muitos autores, quando pretendem discutir a inserção política dos pequenos agricultores (GARCIA JR, 1989, LAMARCHE, H, 1993), marcando o caráter ideológico que o conceito de camponês carrega. Destacam as lutas camponesas, que permitiram definir o campesinato como um movimento em defesa de um modo de vida baseado na pequena produção agrícola (MORAES, 1996).

A expressão “agricultura familiar” começa a ser utilizada para definir as diversas formas de produção familiar que utilizam o trabalho da família como meio de organizar a produção no campo, o que abrange tanto a agricultura voltada para a subsistência (camponesa), como a produção familiar empresarial inserida no mercado. Nas palavras de Moraes: tem “*a coexistência de uma produção familiar tecnificada e de outras formas mais próximas de um tipo ideal de camponês*” (MORAES 1996; p.131). Este conceito de “agricultura familiar” foi apropriado pelo Estado para trabalhar a política agrícola voltada à pequena produção no campo.

Neste sentido, vamos utilizar em nosso trabalho o termo “Camponês” por entendermos que o processo de luta pela conquista da terra e a construção de um projeto de

agricultura familiar contrapõe a pequena propriedade ao latifúndio marcando o embate ideológico entre as duas propostas.

## 2.2. CONCEITO

### 2.2.1. Os clássicos: Mendras e Wolf

Cada um desses dois autores escreveu um tratado de iniciação que leva o mesmo título: *Sociedades Camponesas*.

Mendras (1978) destaca cinco traços que definem o “tipo ideal” das sociedades camponesas:

- uma relativa autonomia frente a uma sociedade envolvente (...);
- a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
- um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
- uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento;
- a função decisiva do papel dos mediadores entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (Ibid., p. 14-15)

Quanto ao primeiro ponto – *relativa autonomia em relação à sociedade envolvente*, Mendras se explica comparando o camponês com duas outras categorias: o “selvagem”<sup>3</sup> de um lado e o agricultor do outro. A diferença se refere às relações dos três grupos com o mundo exterior: totalmente isolado, no caso do selvagem, totalmente integrado no caso do agricultor. Segundo Mendras, a sociedade camponesa se situaria entre esses dois extremos. No entanto, por mais fraca que seja a sua relação com o “mundo envolvente”, esta produz uma transformação no modo de vida camponês, levando este a adotar modelos, técnicas etc., que podem dar uma maior sustentabilidade ao grupo familiar. Mesmo que o camponês queira

---

<sup>3</sup> Referindo-se ao conceito utilizado por Redfield.

evitar mudanças no seu modo de vida, ele não consegue se furtar a isso, e lentamente a influência do mundo exterior acaba ocorrendo.

Quanto à *importância estrutural do grupo doméstico*, talvez seja o ponto central da definição do camponês: segundo o autor, o principal objetivo do camponês é a manutenção de sua família, família esta descrita como “*a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas*” (Ibid. p. 44).

Isto tem conseqüências do ponto de vista da economia – *sistema econômico de autarcia relativa*: o autor mostra que tudo o que é produzido pelos membros da família vai ter um valor de uso, não contado monetariamente. “*O camponês trabalha a terra para se nutrir: toda teoria da economia camponesa não é mais do que o comentário dessa frase lapidada*”. (Ibid. p. 44). O dinheiro serve de poupança para um momento de dificuldade e não tem o objetivo de acumular riqueza. “*Dentro de uma prática econômica realizada no auto consumo e na troca, onde cada bem tem sua utilidade particular, a moeda não pode desempenhar mais que funções marginais, as mais comuns ligadas às relações com a economia envolvente*” (Ibid. p. 49).

Portanto, o camponês procura produzir aquilo que é necessário à manutenção do seu grupo familiar. O que é produzido vai ser consumido, tanto como alimento para o homem e seus animais, como, para uma reserva de sementes para plantações futuras.

Cada produto tem seu destino particular e nenhum é substituído por outro: a erva nutre os animais, o trigo os homens, o linho e cânhamo servem para fabricar vestidos ou corda. De cada um dos produtos, a família consome uma quantidade definida por necessidades. Dispor de mais cânhamo não trará mais pão nem forragem: é preciso que cada colheita forneça ao menos o necessário (Ibid. p. 45).

A sua manutenção alimentar vai ficar dependente da colheita, numa boa safra a alimentação será farta, numa frustração de safra, as dificuldades para conseguir alimento serão grandes.

Quanto ao trabalho, não tem seu valor medido pelo salário, a economia camponesa não mede sua produção em valores monetários, mas pela utilidade que cada produto desempenha dentro do grupo familiar.

Seguindo este raciocínio, Mendras diz a terra não é tratada como um capital acumulado, que pode ser negociado para fins de obter moeda. Ela é a garantia da família, visando a manutenção de seu modo de vida:

A terra não é propriamente um capital, no sentido capitalista do termo, já que não engendra lucro (...) A terra é patrimônio da família ou da coletividade e, se pertence a outro, a renda que remunera o proprietário é analisada como um elemento de tributo e não como a remuneração de um capital (Ibid. p. 47).

No que se refere às *relações de interconhecimento dentro da coletividade local*, Mendras afirma que a vida social do camponês é voltada ao seu grupo familiar e à pequena comunidade que o cerca, sendo a sociedade envolvente apenas um ponto de apoio quando o camponês necessitar vender o excedente de sua produção ou comprar uma mercadoria que ele não produz.

Insistiremos ainda sobre *a importância dos mediadores* – ponto essencial em relação a nosso tema central

Para Mendras, os mediadores são necessários sempre que os camponeses precisam de interlocutores com a sociedade envolvente. Como o camponês tem suas relações sociais voltadas basicamente ao seu grupo familiar, no qual interage com desenvoltura pelo alto grau de interconhecimento, isto não acontece com a sociedade envolvente, por ser isto algo estranho ao seu mundo. Para resolver este problema, são escolhidas pessoas, “delegadas”:

As coletividades camponesas igualitárias, que conservam uma autonomia muito grande, asseguram por si próprias seus contatos com o exterior: elegem delegados que encarregam de ir negociar com o poder exterior, senhor feudal ou representante de um poder central (Ibid. p. 119).

Mendras diz que o mediador não é um indivíduo que vai buscar soluções aos problemas dos camponeses e nem ser igual perante a sociedade envolvente, mas *“Seu papel é principalmente o de prestar vassalagem, assegurando sua submissão ao poder envolvente, e ao mesmo tempo reduzir ao mínimo as exigências e a vontade de intervenção desse poder”* (Ibid. p. 119). Este procedimento garante a manutenção das relações do grupo social, com um mínimo de interferência exterior, mantendo a tranqüilidade do grupo familiar e a continuidade de seu modo de vida.

Para Mendras, a maneira como é tratada a questão dos mediadores depende de diversos fatores, os quais vão determinar o tipo de relação que vai existir com a sociedade envolvente, como também dentro do grupo familiar. Isto vai depender da proximidade ou do distanciamento em relação à mesma, como também das condições geográficas. Quanto maiores a proximidade e o poder exercido pela sociedade envolvente, maior será a resistência do grupo familiar, visando a manutenção de seu modo de vida.

Se o poder está próximo, encarnado por exemplo em um poderoso senhor feudal, a coletividade, para se defender, deve afirmar uma unidade, seus direitos coletivos e impedir, tanto quanto possível, que os agentes de poder se imiscuem na sua administração interna e que tratam separadamente com seus membros. (Ibid. p. 120).

Mendras aponta ainda o caso do patrão ou senhor, que tem um grande número de camponeses sob seu controle, e que se integra tanto ao grupo de camponeses, como também à sociedade envolvente. Esta estratégia lhe permite argumentar que é a pessoa mais indicada

para intermediar as relações entre a sociedade camponesa e a sociedade envolvente. Para cada grupo, destaca a sua condição de profundo conhecedor do outro grupo, sendo a pessoa que melhor pode representá-lo, e consegue com isso o controle sobre a sociedade camponesa.

Esse duplo pertencimento abre um campo que se presta maravilhosamente a toda espécie de estratégias, considerando as posições recíprocas dentro do grupo e de fora do grupo, a intensidade e a especialização de suas relações. A margem de manobra do intermediário é ainda maior quando ele é o único a assegurar a ligação e quando os dois mundos, que ele é único a conhecer, se ignoram mais completamente (Ibid. p.122).

Mendras diz que em alguns casos, o domínio ou controle é total, garantindo a subordinação, tanto dos camponeses, como das instituições públicas a um único chefe local, fazendo com que todos trabalhem em seu proveito.

Acontece também que haja disputa pelo controle entre dois chefes locais, e isto permite aos camponeses barganhar alguns favores. O senhor, para manter seu domínio, vai ser obrigado a oferecer alguns benefícios aos camponeses para que não troquem de senhor.

Wolf (1970) opõe o camponês ao fazendeiro, que se preocupa em produzir para o mercado e obter lucro. Como Mendras, ele frisa que o camponês produz para manter sua família sendo que somente o excedente vai para o mercado. Ele discute a questão dos excedentes produzidos pelo camponês, que deve garantir, além da alimentação da família e dos animais, as sementes para o próximo plantio: o fundo de manutenção:

É importante que pensemos nesse fundo de manutenção em termos não apenas técnicos, mas também culturais. Os instrumentos e técnicas que constituem uma tecnologia específica são resultantes de um prolongado processo de acumulação cultural que vem do passado (Wolf, 1970, p. 19).

Wolf levanta ainda a questão da fragilidade do camponês frente ao mercado: sua dificuldade em controlar os preços de seus produtos, em função de sua falta de competitividade, de seu fraco poder de barganha, da pouca elasticidade de sua produção.

Esse fator ameaça sua permanência no campo, obrigando-o, a buscar outras atividades para sobreviver. A solução pode ser um emprego na cidade, ou dividir os membros do grupo familiar. Enquanto uns ficam no campo, outros vão atrás de um trabalho temporário, visando colaborar na manutenção da família. Neste caso o camponês não vende só seus excedentes, mas também sua força de trabalho (Ibid. p. 71).

Frente às dificuldades encontradas, Wolf analisa as estratégias de cooperação. Como uns são mais bem sucedidos e em alguns anos produzem mais do que outros, os que tiverem obtido uma colheita melhor ajudarão aos que estão enfrentando dificuldades:

Precisarão unir-se a seus companheiros para manter a ordem, assegurando a aceitação rudimentar de certas regras de conduta para manter a vida possível e tolerável. Além disso, terão de recorrer uns aos outros durante algumas fases da luta pela alimentação (Ibid. p. 20).

Portanto, o autor acredita que seria mais fácil enfrentar as pressões sofridas pelo campesinato cooperando, permitindo assim, assegurar a sua sobrevivência e manter o seu modo de vida.

Vários fatores envolvem esta questão, e o olhar do camponês pode ajudar ou a prejudicar este rearranjo entre eles. Wolf destaca a questão religiosa, onde o camponês credita seu êxito às graças de Deus a seu favor e em detrimento de seu vizinho. Mas o autor mostra a visão solidária do camponês, que tendo os mesmos problemas que seus vizinhos, não dispensam ajuda a estes nos momentos de dificuldade, fazendo isto, como uma maneira de assegurar a ajuda quando ele mesmo estiver enfrentando dificuldades.

Em toda parte, os camponeses tendem a entrar em alianças que se mantêm frouxamente, de modo a permitir a sua dispensa num período de provação severa. Embora as famílias camponesas tendam a aumentar a sua segurança ampliando seus recursos em bens e pessoas, devem manter também suficiente autonomia funcional para regular sua própria sobrevivência (Ibid. p. 112).

Wolf ainda mostra que o camponês é submetido a um poder exterior e é esta marca de subalternidade que o caracteriza.

Não é a cidade, mas o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimento em geral e camponeses. (...) isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um camponês (Ibid. p. 26).

### **2.2.2. A discussão sobre o campesinato no Brasil**

Como os clássicos, a maioria dos autores atuais também aponta a questão econômica como fundamental na definição do camponês, e consideram que o modo de produção das sociedades camponesas difere do modo capitalista de produção pela perspectiva de não acumulação de bens e capital.

Abramovay (1991) destaca a vida social do camponês, mostrando que é uma maneira de garantir a continuidade de seu modo de vida; é esta ação que permite diminuir a interferência do mundo exterior no seio da família camponesa.

Na comunidade local, o camponês vai construir seus laços de afinidade e suas amizades; é onde sua família vai estar “protegida” das influências da sociedade envolvente. Isto não quer dizer que não vai estar submetida às regras impostas por um poder externo. (Abramovay, 1991, p. 108)

Moura (1986) define o camponês como aquele sujeito que vive do trabalho na sua terra, produzindo o alimento para si e para sua família, como também para aqueles que não

são produtores. O camponês é um profundo conhecedor da natureza e por esta razão, sabe o momento certo de semear, a melhor época para fazer a colheita, evitando perdas na produção.

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa, (...) o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas à determinada tarefa (MOURA, 1986; p. 9).

Para Moura, o camponês é um sujeito que defende certa autonomia frente à sociedade envolvente. A maneira como conduz seu trabalho e a educação de seus filhos lhe permite manter certa estabilidade de seu grupo social, evitando mudanças que possam desestabilizar o seu modo de vida e seus valores culturais. Mas é certo que isto lhe custa muito esforço, e o tempo marca as mudanças sem que o camponês possa fazer algo para evitá-lo. Moura pergunta:

Indicariam tais transformações o desaparecimento do campesinato? Em determinados contextos históricos, esta foi de fato a tendência predominante. Na maioria, porém, o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal (Ibid. p. 18).

Moura indica, portanto a capacidade de adaptação do camponês, opondo-se assim à visão fatalista de autores que apontavam para o desaparecimento do campesinato<sup>4</sup>.

Wanderley amplia esta visão do modo de agir camponês; ela destaca que o campesinato é uma maneira própria do homem do campo conduzir sua vida e manter sua

---

<sup>4</sup> Voltaremos a essa questão no estudo de caso. Pois vimos acima (cap. 1) que o MST cita Engels e suas visões pessimistas quanto às dificuldades de manutenção do campesinato no campo. O movimento percebe a capacidade de resistência dos camponeses, mas, observando as dificuldades da manutenção do estabelecimento familiar a longo prazo, considera o cooperativismo um elemento importante de fortalecimento dos assentamentos

cultura. Mas o contexto histórico determina constantemente a necessidade de readaptação do camponês às novas políticas inseridas no meio rural.

O camponês “moderno” precisa se inserir num meio, onde as relações com o mundo exterior são diferentes daquelas de outros tempos. Hoje os meios de comunicação obrigam a manter uma aproximação muito mais intensa entre o campo e a cidade, colocando ao camponês novos desafios aos quais vai ter que se readaptar. Como Wanderley coloca,

Essas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1999; p. 24).

Para Wanderley o camponês brasileiro é um sujeito que se adaptou a este “mundo moderno”, ele procura manter sua cultura e seu sistema de produção o mais próximo possível daquilo que viveu com seus antepassados, mas aprendeu a conviver com a realidade atual, onde é obrigado, diante de uma imposição exterior, a recompor seu modo de vida.

O campesinato brasileiro tem características particulares em - relação ao conceito clássico de camponês -, que são resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a esse patrimônio sociocultural, com o qual deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna (Ibid. p. 24).

A sociedade camponesa, segundo Wanderley, é uma sociedade de interconhecimento, todos se conhecem muito bem.

O que possibilita este conhecimento é ao mesmo tempo o embate e a distanciamento mantido com a sociedade envolvente. Os camponeses mantêm uma autarcia econômica que permite ter certo controle sobre as transformações culturais do grupo; isso não impede que a sociedade envolvente exerça pressão sobre o camponês. *“Pelo contrário, as sociedades*

*camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis”(ibid. 2003; p.45). A autora destaca ainda que: “A necessidade de reservar parte de seus recursos para trocas com o conjunto da sociedade e para atender a suas imposições termina por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato certos elementos que lhe são, originalmente externos” (ibid. 1999; p. 30).*

Desta maneira, o camponês vive em constante conflito, tendo que se rearranjar de acordo com a pressão exercida sobre ele e construir mecanismos que possam permitir a manutenção da família e da comunidade, como instância de apoio e resistência ao que vem da sociedade envolvente, como mecanismo de sua manutenção.

O modelo de produção camponês é extremamente frágil, dependendo de fatores climáticos e também de políticas do Estado, que impõem um fardo que ele não pode carregar (impostos etc.). Esta fragilidade tem suas raízes no modelo agrícola que privilegia o latifúndio em detrimento à agricultura familiar, obrigando o camponês a ocupar espaços exíguos, que não permitem desenvolver toda sua potencialidade.

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.(Ibid. p. 38).

Sendo assim, o campesinato vive num constante processo de conquista e perda de seus espaços de reprodução. A conquista de um novo território depende quase sempre da quebra do modelo agrícola do agronegócio, quando a monocultura não encontra mais viabilidade, ou em outros casos, quando o camponês vai em busca de fronteiras agrícolas não ocupadas por latifúndios.

Mas a busca de novas terras no sertão reinstala em novas condições as comunidades de base familiar, num claro mecanismo de recampezinação. O colonato em São Paulo – modelo pelo qual a força do trabalho escravo nas fazendas de café foi substituída por trabalhadores livres – também pode ser entendido como um espaço de campesinização, desfeito na década de 1960 com o próprio fim do sistema adotado um século antes (Ibid. p. 42).

Por outro lado a autora discute a inserção do camponês ao mercado, onde, ele joga com a estratégia de aproveitar toda a oportunidade oferecida. O mercado funciona como um facilitador do escoamento dos excedentes de produção, e espaço de trabalho, que ele utiliza como forma de garantir um equilíbrio econômico, facilitando a manutenção da sua família. Como Wanderley destaca.

Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para ele. Pelo contrário, a experiência do desenvolvimento nessa dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – da precariedade e da instabilidade analisadas. (Ibid. p. 44)

Neste sentido, devido à fragilidade do modelo agrícola familiar, o camponês se obriga a forjar relações, as quais permitem maior estabilidade ao seu grupo familiar. A autora diz que:

deve-se considerar que, tendo em vista a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar (Ibid. p. 49-50).

Wanderley procura mostrar a especificidade da agricultura camponesa no Brasil, como uma readaptação do modelo clássico, no qual o camponês mantém seu vínculo com a terra, mantendo seu modo de vida e seu espaço de desenvolvimento e ainda, garante a sua autonomia econômica. Mas para isso ele precisa levar em conta o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro.

O fato de utilizar, mesmo com uma elevada intensidade, o trabalho externo não transforma, necessariamente, esses agricultores em empresários capitalistas, no sentido clássico e exato do termo. É que – e isso me parece mais importante a considerar – essa agricultura familiar não é capaz, pelas próprias forças produtivas, de gerar o trabalho assalariado, limitando-se a utilizá-lo lá onde o capital e a grande propriedade têm essa capacidade (Ibid. p. 52).

Para Wanderley, o camponês reconstruiu seu mundo, pautado no que lhe resta, dentro de um meio rural que o coloca como um sujeito de segunda classe, onde só é valorizado o agronegócio.

Quanto à subordinação (no sentido de que faz parte de uma sociedade maior) do camponês à sociedade envolvente é uma questão aceita quase por unanimidade pelos autores que discutem campesinato. Em nenhum momento ele consegue eliminar a pressão exterior, o que pode mudar é a intensidade com que este poder é exercido. O camponês, *“teve suas formas de produção e organização da vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital”*(MOURA, 1986; p. 18).

Para Woortmann, o lugar da família nas sociedades camponesas é determinante para se definir o campesinato. Mesmo que alguns autores reforcem a questão econômica e a relação do grupo camponês com a sociedade envolvente, a família não deve ser menos importante, nas estratégias de reprodução camponesa e na transformação social.

A autora destaca as formas de parentesco, e sua influência para definir a divisão do trabalho dentro do grupo, e o modelo de herança, o que vai determinar o próprio modelo econômico.

Parece tratar-se aqui da mesma oposição ideológica entre o roçado e a casa, entre o trabalho e a ajuda, nas representações do campesinato brasileiro. É como se houvesse um trabalho parcial “produtivo” (desde o ponto de vista do economista) e outro “não-produtivo” (as atividades realizadas na casa). Mas se estas não são “produtivas”, são seguramente reprodutivas, isto é, centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho (WOORTMANN, 1995; p.35).

Woortmann mostra a falta de uma análise mais apurada na questão do parentesco. Mesmo que a maioria dos autores que discutem o campesinato aceitem o papel da família na organização social do camponês, negligenciam a questão do parentesco, restringindo as discussões ao econômico, deixando de lado o papel dos parentes, onde segundo a autora estão detalhes importantes para a compreensão das estratégias camponesas.

Neste sentido, é preciso ampliar o olhar sobre a questão do parentesco, sendo necessário que o modo como o camponês resolve seus problemas e busca novas dinâmicas na manutenção de seu modo de vida sejam levados em conta nas discussões acerca do parentesco.

Segundo Moura, o que seria um problema perante a lei, para dividir a herança, obriga o camponês a construir soluções que permitem a manutenção do seu modo de vida, e para que isso dê bons resultados, o casamento tem papel importante: através dele, se permite manter os laços de afinidade que unem a família e rearranjar o patrimônio.

“O casamento une, a herança separa e a propriedade dura”. O que vale reter desta assertiva é que o camponês vivencia esses processos por rupturas e adaptações, dando uma interpretação própria ou reelaborando as prescrições dos códigos civis nacionais e de outros estatutos (MOURA, 1986; p. 27).

Este processo segundo Moura, não pode ser confundido com atraso que manteria um sistema arcaico. Ao contrário, é esta capacidade em dar soluções aos problemas, que permite ao camponês manter a sua estrutura social organizada. O que a princípio pode parecer um meio de manter estáveis as relações sociais do campesinato, mostra, numa análise mais apurada, a capacidade de adaptação do camponês às novas possibilidades de organização social colocada diante de problemas, que antes não existiam.

Sua vida familiar, relações de parentesco e herança são regidas por códigos flexíveis o suficiente para adaptar as mais diversas relações que surgem entre parentes a inflexíveis realidades materiais de áreas fisicamente limitadas à necessidade de possuir terra para assegurar a continuação da família (Ibid. p. 27).

Isto mostra a importância dos parentes, na estratégia camponesa, visando a manutenção de seu modo de vida.

### **2.2.3. O camponês no Cariri paraibano**

Dentro do conjunto do campesinato brasileiro, o campesinato do Cariri tem suas especificidades, determinadas por sua história e pelas características da região, características físicas, sociais e políticas.

O Cariri paraibano, situado na região semi-árida do Nordeste, é a região mais seca do Brasil, onde as condições de produção talvez sejam as mais difíceis: chuvas irregulares e de fraca intensidade (as famosas secas), solos rasos em cima de um sub-solo cristalino, vegetação escassa, elevado grau de desertificação etc., circunstâncias que fazem da agricultura uma atividade de alto risco e muito trabalho. (DUQUE, 2004)

Além do mais, a estrutura fundiária é marcada pela oposição entre grande e pequena propriedade, pois “*a pequena produção ocupa muitas vezes um espaço exíguo entre os latifúndios e permanece a serviço dos grandes proprietários*” (BRUMER et al., 1993; p. 185).

Dessa forma, o camponês:

mesmo nos “anos bons” não consegue safras suficientes para as necessidades de suas famílias, já que suas parcelas são reduzidas demais. (...) Sem nenhum capital, não tem acesso a tecnologias que permitiriam aumentar sua produtividade. Os poucos que produzem excedentes são vítimas dos atravessadores (DUQUE, 1998; p. 133 – 134).

A produção para o auto-consumo é uma característica marcante na agricultura do Cariri paraibano, resultado de um trabalho intensivo e nem sempre recompensado. Assim, o Caririzeiro é um lutador, pronto a plantar novamente após cada frustração de safra, um homem que demonstra sua energia, força e capacidade de resistência.

A organização do trabalho se dá de acordo com as atividades a serem realizadas, homens e mulheres têm papéis definidos, cabendo aos homens a responsabilidade com os animais e no preparo da ração, às mulheres o cuidado com a casa, a horta e na educação dos filhos. Mas isso pode variar de acordo com a necessidade de mão de obra, podendo a mulher ajudar na atividade agrícola, quando a intensificação do trabalho em determinados períodos (plantio, safra) exige um número maior de braços.

A atividade masculina predomina, principalmente em relação aos cuidados dispensados aos animais e às vendas. Por outro lado, o trabalho das mulheres é mais significativo no que se refere à horta e na granja, assim como determinado número de atividades de transformação ligadas ao preparo de alimentos (BRUMER et al., p. 200).

Nessas condições difíceis, muitos pais não desejam que os filhos permaneçam na agricultura, sobretudo porque não têm condição de “instalar” vários filhos em pouca terra. Segundo uma pesquisa realizada no início dos anos 90:

o desejo de manter os filhos do sexo masculino na agricultura corresponde a menos de 20% dos entrevistados, o que prova a consciência que têm das dificuldades na profissão e da precariedade dos rendimentos obtidos; os pais prefeririam ver os filhos engenheiros (ou seja, agrônomos a serviço do Estado, mediadores de crédito rural ou encarregados de assistência técnica), técnicos ou profissionais liberais. Quanto às filhas, elas seriam professoras, funcionárias ou profissionais liberais, mas não teriam praticamente nenhuma atividade agrícola (BRUMER et al. p.208).

Mas esta solução esbarra na fragilidade do ensino, em particular na escola de primeiro grau. O nível de analfabetismo ainda é muito alto e mesmo aqueles que freqüentaram a escola pouco aprenderam. *“A grande maioria dos filhos (67% do sexo masculino e 65% do feminino) freqüentou a escola ao menos por quatro anos, o que não significa de forma alguma, é preciso salientar, que sejam capazes de ler e de escrever”* (Ibid. p. 209). A qualidade do ensino provavelmente melhorou dos anos 90 para cá, mas a situação permanece caduca.

Quanto à organização da família, no Cariri os filhos permanecem na casa paterna, quase sempre até o casamento, forjando com isto um forte laço familiar. Porém, com a idade do casamento aparece a falta de alternativas, de um lado, pela falta de terras e de dinheiro para comprar mais terra; e do outro pela falta de emprego (no campo ou nas cidades) ou pela precariedade desses empregos.

Mesmo assim, a busca de um emprego, mesmo que longe de casa, pode ser uma estratégia da família; nesse caso os filhos que saem de casa e encontram um trabalho fora vão continuar ajudando a família com o envio de dinheiro, colaborando com a manutenção da

família e em alguns casos comprando um pedaço de terra, para mais tarde voltar ao convívio da família. Brumer et al. mostram que:

individual do que uma estratégia familiar, visando à reprodução de todo o o trabalho externo de cada membro da família é menos uma iniciativa grupo doméstico. O rendimento obtido graças a essa atividade reverte-se parcial ou até integralmente, à própria família (Ibid. p. 212).

Além dessa precariedade da situação econômica, o camponês do Cariri teve que conviver durante séculos sob o domínio do latifundiário ou do político (às vezes a mesma pessoa) que, ao mesmo tempo que o explorava (exigindo trabalho e votos) também lhe “ajudava” nos momentos de crise, fornecendo água ou remédios. Esse sistema típico do clientelismo obrigou o camponês a desenvolver estratégias de submissão. Daí o “sonho da autonomia”, fermento tão forte da luta pela terra (Cfr. TORRES, 2005).

Portanto, o agricultor do Cariri luta na busca de soluções para seus problemas, ficando a mercê do clima, sendo bem sucedido em anos “bons de chuva” e passando por sérias dificuldades nos períodos de estiagem mais acentuada. Isto favorece a manutenção do “coronelismo”, pois é nesses momentos que o camponês vai ser “ajudado” e como forma de agradecimento vai ser fiel ao seu benfeitor.

Toda esta diversidade de situações, tanto em relação ao clima com em relação à submissão do camponês ao mando do patrão e ao Estado forjou um homem capaz de lutar por uma nova possibilidade, a liberdade e a autonomia frente a uma nova perspectiva, que é a reforma agrária.

Com a conquista da terra e a possibilidade de poder conduzir seu trabalho da maneira como melhor lhe convier, ele é pouco disposto a organizar sua vida pautada no trabalho coletivo ou em outras formas de organização que, mesmo buscando a sustentabilidade do assentamento, o submetem novamente a relações de subordinação.

O que o assentado quer é experimentar essa nova situação de autonomia, quer viver livre de qualquer imposição que foi sempre a marca do camponês do Cariri. Acreditamos ser um direito legítimo, pois sair de uma situação onde a submissão sempre foi a regra, é um grande passo, sendo agora necessário oferecer a estes assentados as condições mínimas para que consigam manter suas terras e sobreviver com dignidade.

Neste sentido, pretendemos discutir em nosso trabalho a possibilidade de diálogo entre esses assentados e o MST: a compreensão dos assentados frente às propostas do MST, como isto pode ser relevante na busca de soluções para os problemas dos assentamentos, e a capacidade do MST em responder a esses anseios, a partir do que os assentados entendem como melhor caminho para levarem suas vidas.

## CAPÍTULO III

### O ESPAÇO DA RECONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS: PESQUISA E HISTÓRIA

#### 3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de campo é um momento crucial na busca de dados para a elaboração de uma dissertação. Em nosso caso, ela nos colocou uma questão importante: Como fazer o trabalho de campo sem conhecer nada, ou quase nada, do meio rural do Nordeste? Esta pergunta nos preocupou por um longo tempo. Segundo Geertz:

Falamos de algumas pessoas que são transparentes para nós. Todavia, é importante no tocante a essa observação que um ser humano possa ser um enigma completo para outro ser humano. Aprendemos isso quando chegamos a um país estranho, com tradições inteiramente estranhas e, o que é mais, mesmo que se tenha um domínio total do idioma do país. Nós não *compreendemos* o povo (e não por não compreender o que eles falam entre si). Não nos podemos situar entre eles. (Geertz, 1989, p. 10)

Como morador do sul do Brasil, mais precisamente do oeste do Paraná, só conhecíamos o Nordeste por meio da televisão ou da literatura. Porém, como já conhecíamos outras regiões do Brasil, não acreditávamos que as dinâmicas sociais encontradas aqui fossem tão contrastantes em relação a outras regiões. Precisávamos nos situar no contexto rural do Cariri paraibano.

Como primeiro ponto de apoio, o GPAF (Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar) foi importante no sentido de aprofundar as noções teóricas acerca da agricultura familiar no nordeste, permitindo ampliar nosso olhar sobre a mesma. *“O principal é, obviamente, a orientação teórica de cada um de nós”* (DAMATTA, 2000; p. 187).

Outra ajuda importante foi o convite do professor Tonneau para conhecer a Universidade Camponesa (UniCampo), pautada numa perspectiva de valorização do camponês e de seu modo de vida, experiência desenvolvida pela UFCG, com o apoio do CIRAD.

Nossa experiência com a UniCampo foi importante, pois tivemos a oportunidade de participar como colaborador numa pesquisa que seus alunos estavam desenvolvendo em alguns assentamentos do Cariri paraibano; foi assim que conhecemos e escolhemos aquele que achamos mais interessante para nosso trabalho: o assentamento Mandacaru, de um lado pela diversidade de origens dos assentados, do outro pela liderança do MST.

O assentamento Mandacaru foi formado pela união de pessoas que saíram dos mais diferentes locais para formarem uma nova comunidade. Constitui, assim, uma experiência de atores sociais que se encontram diante da necessidade de construir laços sociais desfeitos pela saída de seus locais de origem, para agora forjarem uma nova realidade, na qual as experiências anteriores vão influenciar diretamente o comportamento de cada indivíduo.

Como colaborador, tivemos a oportunidade de participar diretamente dessa pesquisa, inclusive aplicando questionários junto aos assentados, o que foi de fundamental importância para preparar a realização de nossa própria pesquisa.

Nesse ir e vir junto à UniCampo, pudemos conhecer vários alunos, os quais são assentados ou filhos de assentados e que muito nos ajudaram a compreender um pouco melhor a realidade da agricultura no Cariri paraibano. Uma das figuras mais interessantes que encontramos foi “Antônio Magro”. Assentado do assentamento Serrote Agudo e militante do

MST, em várias conversas ele nos ajudou a entender melhor como foi o processo da reforma agrária no Cariri.

Partindo dessa primeira experiência, começamos a preparar a pesquisa de campo. Um primeiro passo foi conhecer o histórico do assentamento, em particular o processo de ocupação da terra pelos camponeses. Feito isso, verificamos quem são e de onde vieram os mesmos, pois conhecer a origem e a trajetória dos que compõem um assentamento é muito importante para entender a configuração social e as relações que ali são estabelecidas. (DAMATTA, 2000)

A seguir fizemos várias visitas – cinco exatamente - ao assentamento Mandacaru, sendo duas junto com a equipe da UniCampo e três visitas individualmente.

A primeira visita serviu como reconhecimento do assentamento, quando pudemos conhecer sua estrutura física, como também visitar alguns roçados, inclusive na vazante, forma tradicional de se plantar no Cariri, estranha às nossas experiências.

A segunda visita foi na oportunidade da aplicação do questionário da pesquisa realizada pela UniCampo, quando, além da coleta de dados junto aos assentados, tivemos a oportunidade de participar de uma assembléia da associação. Isto foi muito útil, pois permitiu perceber como se posicionavam os assentados diante da direção do assentamento.

Algo que marcou muito foi uma entrevista que fizemos aplicando o questionário da Unicampo. Fomos encontrar o assentado escolhido para ser entrevistado no seu roçado, produzindo a ração para seus animais. A entrevista estava se desenrolando de forma tranquila e o entrevistado estava respondendo às perguntas com desenvoltura, porém, com a chegada do presidente da associação, ele passou a responder de maneira evasiva, o que prejudicou muito a entrevista. Este fato nos serviu de alerta, no sentido de poupar o entrevistado de qualquer constrangimento, evitando assim perder a entrevista.

Diante das características levantadas nas primeiras visitas ao assentamento, começamos a elaborar uma estratégia de pesquisa baseada numa metodologia qualitativa.

A pesquisa qualitativa quer fazer jus à complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não ao contrário, como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes. Fenômenos há que primam pela qualidade no contexto social, como militância política, cidadania, felicidade, compromisso ético, e assim por diante, cuja captação exige mais que mensuração de dados (DEMO, 2000; p. 152).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa facilitou a minha inserção e observação do campo pesquisado. Isto porque, a realidade social do assentamento e dos assentados exigia um esforço de compreensão que tinha como ponto de partida o que estava dado na realidade cotidiana daquele *locus* específico. Respeitar a realidade pesquisada não é uma atividade simples, é mais conveniente engessar os dados coletados numa abordagem teórico-metodológica pré-selecionada. “*A ciência é de tal modo arrogante em seu projeto de devassa analítica da realidade, que exige dela que se curve aos métodos, em vez de estes estarem a serviço da captação da realidade*” (DEMO, 2000; p. 70).

Foi, justamente, no esforço de captação da realidade que a observação participante tornou-se uma técnica eficaz. Pois, “*o observador participa em interação constante em todas as situações, espontâneas e formais, acompanhando as ações cotidianas e habituais*” (CHIZZOTTI, 1991; p. 90-91).

Aplicamos nossa estratégia de entrevistas de tipo qualitativo na terceira visita, quando fomos recebido na casa de uma aluna da UniCampo, onde fomos atendido com redobrada gentileza e ali permanecemos até o final da pesquisa. Essa casa nos serviu como ponto de apoio e também nos deu oportunidade para conhecer um pouco mais a situação em que se encontrava o assentamento e em que pé estava a disputa dentro do mesmo.

Esta visita durou cinco dias. O primeiro dia foi de conversas e passeios pelas agrovilas e na busca de pessoas que demonstravam disponibilidade para serem entrevistadas.

A seleção dos informantes era sempre feita pelo interesse demonstrado em falar, conhecimento do assunto e, obviamente pelo relacionamento que tinham comigo. Informantes simpáticos e que se davam bem comigo rendiam muito mais do que especialistas que se mantinham distantes e desconfiados porque não gostavam do meu trabalho (DAMATTA, 1987; p.191)

Com esse objetivo, passamos todo o primeiro dia conversando, observando, perguntando a cada pessoa encontrada como funcionavam as coisas dentro do assentamento e procurando ganhar a confiança das mesmas.

À noite, participamos de uma reunião de um grupo de famílias, e após o término da mesma, ficamos reunidos frente à casa onde ficamos alojado. A conversa foi longa e muitas histórias foram contadas, o que ajudou a compreender melhor a sociabilidade daquelas pessoas.

No dia seguinte, começamos a realizar entrevistas, utilizando um roteiro semi-estruturado com auxílio de um gravador “*que é uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado*” (CHIZZOTTI, 1991; p. 92). Visávamos assim abranger uma gama de questões que nos possibilitassem compreender alguns aspectos da organização social e da cooperação no assentamento estudado.

As perguntas procuravam compreender três dimensões do assentamento: sua organização; a trajetória de vida dos assentados; sua formação política e opiniões perante os princípios do MST e de outros agentes mediadores que atuavam na região.

O uso do roteiro permitiu ao entrevistado a liberdade de construir um relato e de se posicionar de acordo com as lembranças oriundas de sua “história de vida”. É importante

salientar que a seqüência das respostas não seguiu, necessariamente, a ordem pré-estabelecida no roteiro pois nossa preocupação era que o livre discurso do entrevistado fosse conservado.

O entrevistador deve manter-se na escuta ativa e com atenção receptiva a todas as informações prestadas, quaisquer que sejam elas, intervindo com discretas interrogações de conteúdo com sugestões que estimulem a expressão mais circunstanciada de questões que interessem à pesquisa. A atitude disponível à comunicação, a confiança manifesta nas formas e escolhas de um diálogo descontraído devem deixar o informante inteiramente livre para exprimir-se, sem receios, falar sem constrangimentos sobre os seus atos e atitudes, interpretando-os no contexto em que ocorre. (CHIZZOTTI, 1991, p. 93).

Esse trabalho continuou durante quatro dias, junto com a observação das atividades do assentamento. Procuramos saber como eram desenvolvidas as atividades nos roçados e também nas tarefas que exigiam um trabalho coletivo dos grupos de família.

Para esse levantamento, nos acompanhou um assentado que ajudou, no sentido de apresentar os assentados, como também ser apresentado aos mesmos. Nesse caminho, fomos nos inserindo no “mundo” do assentamento, dialogando com os mesmos e procurando perceber aqueles que estavam mais dispostos a contar suas histórias. Tínhamos também o cuidado de saber se desempenhava ou não algumas funções na direção do assentamento e, eventualmente, qual era essa função. (DAMATTA, 2000)

Como já mencionamos, nossa pesquisa aconteceu num momento de crise entre os assentados e a direção do assentamento. Vale ressaltar que essa crise colocava muitos assentados contra a direção, ficando muito marcado o tom de revolta no seu discurso. Procuramos entrevistar pessoas tanto do lado das que estavam favoráveis à direção do assentamento, quanto das que estavam contra. No total, realizamos 23 entrevistas.

Após as duas primeiras entrevistas; pedimos ao assentado que nos acompanhava que se afastasse do local, inventando uma desculpa qualquer, permitindo que o pesquisador ficasse sozinho com o informante. Pudemos perceber que não houve diferenças significativas nas

respostas dos entrevistados e que a confiança adquirida no momento da apresentação e do diálogo que antecedeu as entrevistas foi suficiente para permitir aos entrevistados tranquilidade ao darem suas respostas.

Após essa estadia no assentamento onde realizamos essas entrevistas, fizemos ainda duas visitas que tiveram como objetivo buscar algumas informações complementares.

## **3.2 UNIVERSO DA PESQUISA: A HISTÓRIA DO SENTAMENTO MANDACARU**

### **3.2.1. Localização e condições físicas**

O assentamento Mandacaru foi formado com base na antiga Fazenda Feijão. É localizado no município de Sumé, no Cariri paraibano, ficando a uma distância de 17 km da sede do município.

Para aceder o assentamento Mandacaru, partimos da capital estadual João Pessoa, pela BR 230, em direção ao Sertão do Estado até o km 170 (Praça do Meio do Mundo), onde se entra à esquerda; daí, pela BR 412, são 110 km até Sumé, e desta cidade, segue-se pela PB-214 percorrendo-se 17 km até a sede do assentamento.

A sede do assentamento dista 18 km até ao Congo, 18 km até Camalaú; 30 km até Monteiro, 130 km até Campina Grande e 277 km até João Pessoa.

A região em que se localiza o assentamento segundo o INCRA, tem um tipo de clima semi-árido quente, com precipitações pluviométricas médias anuais muito baixas (150 a 200ml) e com uma estação seca que normalmente é de 8 meses e pode atingir 11 meses. O que caracteriza o clima da região é a grande irregularidade de seu regime pluviométrico, que depende das massas de ar que vêm do litoral e do oeste.

Em relação com a geomorfologia, o assentamento encontra-se inserido no Planalto da Borborema, que se constitui no mais importante acidente geográfico da região Nordeste,

exercendo na Paraíba um papel de particular importância no conjunto do relevo e na diversificação do clima. O assentamento Mandacaru ocupa a porção da superfície do Planalto da Borborema, cujo nível é definido como mais baixo, com altitudes variando de 400 a 500 metros.

No tocante aos recursos hídricos do assentamento, pode se considerar como muito satisfatório, pois o mesmo possui 10 açudes, 2 poços (um amazonas e um artesiano), uma cisterna coletiva de 26.000 litros e uma caixa d'água de 6.000 litros.

Em relação ao tipo de solo, solos pedregosos se encontram na maior parte do assentamento, sendo impróprios para a implantação de lavouras, devido à grande quantidade de cascalho e de rochas que afloram do solo. Mas são próprios para a plantação de gramíneas, podendo ser utilizados para o pastoreio

Também têm solos argilosos muito férteis, excelentes para a implantação de lavoura. Sua textura é muito fofa e de fácil manejo. Encontram-se principalmente nos baixios, e em partes isoladas dentro do assentamento, necessitando de pouca adubação para produzir bons resultados.

O tamanho dos lotes pode ser um fator que venha dificultar a produção agrícola. A área que coube a cada assentado é muito pequena, insuficiente para garantir uma produção em quantidade suficiente para atender suas necessidades. O tamanho previsto pelo INCRA para cada lote (em média 22 hectares) não corresponde ao tamanho que seria considerado ideal para a manutenção de uma família, tomando em consideração que a produção deve comportar tanto a criação animal, quanto a produção agrícola. Trabalhando somente uma atividade, dificilmente o assentado vai produzir em quantidades satisfatórias.

### **3.2.2. Origem do assentamento: a Fazenda Feijão**

Na época dos subsídios da Sudene, a Fazenda Feijão era produtiva. Sua principal atividade era a criação de gado de corte em regime de confinamento, mas trabalhava também com a criação de cabras, jumentos e cavalos. A atividade agrícola que existia era somente para os moradores, em torno de 20, que produziam sua própria alimentação e cuidavam dos animais em troca da área para o plantio. Com a morte do proprietário, seu filho a deixou de lado. Aparecia muito pouco por lá, chegando a ficar meses sem visitar a fazenda. Sua principal atividade era uma loja de Factory (agiotagem) que possuía em Campina Grande.

Com o fim da SUDENE, como não podia mais contar com financiamentos baratos, a fazenda se tornou quase inviável da forma como estava sendo conduzida. Sendo improdutiva, segundo avaliações do INCRA, era portanto passível de desapropriação para fins da reforma agrária.

Foi essa Fazenda que deu origem ao Assentamento Mandacaru, o primeiro no Cariri a ser organizado pelo MST, contando com a colaboração de diversas entidades, como a CPT, a CUT, e o sindicato do Correio através de seu presidente seu Bruno.

### **3.2.3. Ocupação e conquista**

Naquela época, no Cariri, a reforma agrária estava apenas começando. Os assentamentos que existiam tinham sido organizados pela CPT.

Assim, para o MST, se fazia necessário avançar neste processo. Neste contexto o Movimento começou a se organizar para ocupar uma área que reunisse as condições para a implantação de um modelo agrícola, baseado na agricultura familiar.

O primeiro passo para organizar a ocupação de uma área se deu no ano de 1996 e 1997. Como conta seu Bruno, ele, Antônio Magro e Batista (estes dois últimos do MST) tentaram fazer um Fórum de discussão sobre a reforma agrária no Cariri paraibano, o qual

segundo ele, encontrou uma falta total de interesse das entidades presentes na região. Antonio Magro, que já tinha experiência de ocupações em Pernambuco, decidiu fazer uma mobilização, na forma de ocupação, para começar o trabalho do MST visando ajudar a implantar a reforma agrária na Paraíba. Ao mesmo tempo em que o grupinho inicial estava tentando mobilizar famílias camponesas, também estava procurando uma área propícia para ocupação.

Nesta busca, Antônio Magro, ao visitar um conhecido, encontrou a Fazenda Feijão que estava relegada aos cuidados dos moradores. Começou a perceber que o local reunia todas as condições para se estabelecer um assentamento. Partindo disso, começou a pesquisar em que situação estava aquela área (existência de dívidas, etc.)

Com a iniciativa do MST, e com a colaboração de seu Bruno, a primeira ocupação ocorreu em 29/09/1998, com um total de 18 famílias, todas elas de Sumé. Foi quando se fez um trabalho de conscientização preparando essas famílias para entender a importância da reforma agrária e para que as mesmas começassem a divulgar a estratégia da ocupação. Mas esse primeiro grupo foi despejado pela Polícia a pedido do proprietário, após 8 dias.

Após o primeiro despejo, o grupo seguiu para a cidade de Camalaú, onde armou um acampamento ao lado do Assentamento Novo Mundo. Lá encontraram o apoio dos assentados (organizados pela CPT) e condições físicas mais apropriadas para receber as famílias. Tiveram também a ajuda de várias lideranças da região que colaboram na manutenção do acampamento, entre elas, o prefeito de Camalaú, na época, Antônio Mariano, o qual já havia colaborado com a luta, no assentamento Novo Mundo, e pequenos empresários que ajudaram com comida.

Aí voltaram a debater a organização do acampamento e as próximas atividades em relação a novas ocupações, como também planejaram como ampliar o número de pessoas, visando fortalecer a luta pela terra.

No dia 24 de dezembro de 1998, na véspera do Natal, foi realizada a segunda ocupação na Fazenda Feijão, com um grupo já mais importante, aproveitando o feriado e o fato de que a Justiça não trabalha nestes dias. Mas já havia um mandado de despejo pronto, de forma que, no dia 26 de dezembro do mesmo ano, os ocupantes foram expulsos.

Uma terceira ocupação foi realizada às vésperas do ano novo, e da mesma maneira que anteriormente, aproveitando o feriado, e uma quarta na véspera do feriado de carnaval de 1999, quando o grupo já contava em torno de 80 famílias. Mas nas duas vezes, o despejo ocorreu logo no primeiro dia útil.

A quinta ocupação não foi diferente das anteriores, sendo realizada no dia primeiro de maio de 1999, dia do trabalhador. Esta ocupação foi a última, pois o proprietário, não querendo mais gastar dinheiro com os despejos, desistiu e aceitou a negociação com o INCRA. Vale ressaltar aqui, que pela péssima estrutura da polícia local, o proprietário da fazenda tinha que entrar com o transporte e alimentação dos policiais, tendo ainda que dar uma “gratificação” para aqueles que não estavam de serviço e que vinham reforçar a tropa que era pequena para realizar os despejos.

Segundo a palavra dos próprios assentados, a conquista da terra se deu na “marra”, ganhando a mesma no cansaço do fazendeiro.

Entre a primeira e a última ocupação, os acampados passaram por muitas dificuldades, onde o processo de luta entre ocupações e períodos “debaixo da lona” lhes impôs um árduo fardo, até finalmente conquistarem a terra tão sonhada.

#### **3.2.4. A falta de participação e a condução burocrática dos procedimentos**

Os assentados deixam claro que o PDA não foi discutido como deveria ser, pois este processo deveria levar em conta tudo o que envolve o assentamento, como a vocação dos

assentados, o tipo de produção mais adaptada à região, tipo de solo, quantidade de água etc. o que não ocorreu na construção do PDA do Mandacaru.

Um exemplo do que deveria ser levados em conta ao se elaborar um PDA seria:  
Organização do espaço por meio do anteprojeto de parcelamento: como e onde vão ficar as áreas de moradia, produção, reserva e preservação florestal, equipamentos de uso comunitário, vias de acesso, obras e se o assentamento vai ser organizado de forma individual, coletiva ou mista;  
Programa de produção: quais atividades produtivas serão desenvolvidas respeitando-se as expectativas e experiências das famílias assentadas e também as viabilidades técnica, econômica e financeira;  
Programa de gestão ambiental: o que será feito para recuperar, conservar e preservar o meio ambiente e as ações na área da educação ambiental;  
Programa social: atividades relacionadas à saúde, educação, lazer, esporte, cultura e desenvolvimento comunitário;  
Programa de obras e infra-estrutura básica: define as obras necessárias e sua localização;  
Modelo de gestão: como serão executados os programas e atividades, a participação das famílias, do Incra, do Estado e Municípios. (DUQUE, 2005, p. 1,2)

Estas questões não foram colocadas na pauta de discussões do PDA e as pessoas que fizeram o mesmo sequer tinham interesse em discutir, pois isso poderia dar muito trabalho e da forma como foi feito transparece a fato de se evitar discussões e “perda de tempo” junto aos assentados.

O PDA é uma questão bastante complicada, no entendimento dos assentados, a maioria não sabe sequer para que serve e como deveria ser elaborado, o que sabem é que é preciso ter o PDA para que projetos de desenvolvimento possam sair do papel.

Quando questionados acerca de como foi elabora o PDA do assentamento Mandacaru, temos respostas de todo tipo:

É, o PDA nós assistimos uma reunião do PDA e não fiquei muito entendido pelo PDA, porque quando eles vieram para fazer o PDA daqui, a mulher que veio, a funcionária, ela não explico o que ia fazer, acho que o pessoal tava meio desorganizado, não sei porque foi o motivo. Eu não sou muito ligado nesse tal de PDA não. (F. L.)

Quando questionado se aviam gostado do projeto sobre o PDA, temos respostas como essa a seguir: *“O PDA, eu gostei. Depois eu achei umas coisas que tava errado sobre o pessoal do PDA. Eu achei que nos também, apesar de não entender... a gente também, né... porque seria bom a gente falar, mas às vezes a gente não entende.”* (Id)

Esta fala deixa transparecer a falta de discussão na elaboração do PDA, onde o processo foi realizado de forma unilateral, sem ser levado em conta o que seria importante para os assentados, e pela falta de informação e conhecimento sobre o processo, acabam concordando, acreditando que não tem o direito de questionar as propostas.

Outra questão que deve ser levada em conta é a semelhança entre os PDAs dos assentamentos da região. Ao acompanharmos uma pesquisa junto a UniCampo, onde foi tratada da questão dos PDAs, foi constatado que todos são idênticos, mudando apenas o tamanho e número de famílias, o que mostra que não foram discutidos de maneira individual, sendo portanto inúteis nas discussões do que deve ser trabalhado em cada assentamento, pois o PDA não traduz o que é o assentamento.

### **3.2.5. O processo de instalação**

A área total do assentamento é de 4.384 ha. sendo 3.507,2 ha. área para cultivo, e 876.8 ha. de preservação permanente. Pelo cálculo do INCRA o imóvel tem capacidade para assentar 160 famílias, o que daria um lote em torno de 22 ha. O número de famílias gira em torno de 120, ora variando pra mais, ora pra menos.

Das famílias que moravam na antiga fazenda, 18 se cadastraram para ganhar um lote, sendo que hoje permanecem apenas 6 dessas famílias.

A formação do assentamento foi ocorrendo em etapas muito lentas. As famílias, quando entraram, se instalaram nos armazéns e nas casas de maneira muito precária. Cada casa

chegou a receber 3 famílias, e os armazéns foram divididos de maneira que coubesse o maior número de famílias possível.

Devido a demora na demarcação dos lotes (os quais até ainda não foram demarcados), os assentados ficaram trabalhando nas vazantes, fazendo pequenos roçados onde havia terra apropriada para a agricultura,

Nesta situação ficaram durante quase 4 anos, quando finalmente foi liberado o crédito para a construção das casas. Esse crédito era insuficiente para terminar as casas. Os assentados construíram as casas, sem a contratação de pedreiros externos. Muitos tiraram dinheiro do próprio bolso para concluir a construção e quem não tinha dinheiro teve que entrar assim mesmo na casa inacabada. Até o fim de nossa pesquisa, nenhum outro crédito havia sido liberado.

O assentamento Mandacaru está organizado em agrovilas, sendo uma na antiga sede da fazenda e outras três construídas depois do assentamento já estar concretizado.

Existe um grande questionamento em relação ao modelo de agrovila. Uma parte dos assentados concordou com esse modelo, mas a grande maioria achava que teria sido melhor cada um ter sua casa na sua parcela. Isto facilitaria o trabalho no roçado e se perderia menos tempo para se chegar até o trabalho, visto que alguns lotes hoje ficam muito distantes das casas. Segundo A. S., *“Se as casa fossem na parcela seria melhor, porque você já está dentro do seu trabalho, facilitaria muito. Eu mesmo moro a dois quilometro da minha parcela.”*

Outro assentado diz que:

Para a produção agrícola, seria melhor que fossem nas parcelas, mas, vamos dizer, para a organização social do assentamento, a agrovila é melhor. facilita o agrupamento e a convivência familiar e vamos dizer saneamento da água, energia a saúde fica mais fácil, acho que no nível social as agrovilas é melhor. (M)

A fala de nossos entrevistados deixa implícita a vontade de ter a morada junto à parcela. Só aceitaram a agrovila, acreditando que seria uma maneira mais fácil de terem energia e saneamento:

Duas questões aí: o agricultor, ele dentro da parcela e no caso atual que é a casa em forma de conjunto, de vilas assim facilita o saneamento de água, energia elétrica, facilita mais, e no caso de parcelamento, as casas dentro das parcelas... O gasto seria maior, mais com certeza não tinha essa discussão toda. (J. B. F.)

Acreditamos que o trabalho do INCRA, ao discutir a questão da agrovila, acabou convencendo muita gente dos “benefícios” que a agrovila poderia trazer. O que tem fundamento na questão de custos e facilidades que este modelo traz para a sua construção. O que é questionável é a maneira quase impositiva de construir um modelo que vai contra o modo de trabalhar dos assentados.

Outra questão que influenciou a construção das casas desta forma foi a maneira como se criou o assentamento. As pessoas que estavam debaixo da lona, lutando para conquistar a terra acabaram em grande parte desistindo de serem assentados. Sobrando um grande número de vagas, que foram preenchidas por pessoas que vinham de outras frentes de lutas, onde faltaram vagas e até mesmo de pessoas que sequer haviam participados da luta pela terra. Isto permitiu a imposição, pois quem chegava não questionava o modelo. Queria a terra e para tanto, aceitava aquilo que estava colocado sem muitos questionamentos.

### **3.2.6. Infra-estrutura física**

As agrovilas, denominadas de Primeira Vila, Sede, Coremas e Lamedor, estão situadas junto estrada que corta o assentamento.

Somente a agrovila da Sede possui energia elétrica; as outras estão esperando a boa vontade dos órgãos públicos. Ora, a energia tinha sido prometida quando da imposição do

modelo de agrovilas, sob o pretexto de que facilitaria e diminuiria os custos da implantação dessa infra-estrutura.

O assentamento possui uma infra-estrutura importante, montada para as atividades da antiga Fazenda Feijão, mas que não é muito aproveitável para a produção voltada para a agricultura familiar. Várias construções, que faziam parte da Fazenda Feijão, não terão utilidade no novo contexto, mas fazem parte do preço que os assentados vão ter que pagar. Por não serem utilizadas, estão se deteriorando, devido à falta de manutenção. Algumas já estão em ruínas, e muita coisa que lá estava no momento da desapropriação não existe mais.

Sobre a infra-estrutura da época da ocupação, ver quadro abaixo:

#### **Instalações e edificações encontradas na área**

- 1- Um curral de madeira serrada com várias divisórias;
- 2- Um brete de madeira serrada;
- 3- Um curral de pau-a-pique para ovelhas;
- 4- Duas garagens;
- 5- Dois galpões para máquinas e equipamentos;
- 6- Uma igreja com sacristia;
- 7- Um depósito para máquinas;
- 8- Seis armazéns;
- 9- Três currais de madeira tipo faxina;
- 10- Dois currais de madeira serrada;
- 11- Um cocho de alvenaria coberto;
- 12- Uma balança com a casa;
- 13- Noventa e quatro porteiras de madeira serrada;
- 14- Seis cochos de alvenaria descobertos;
- 15- Dois aviários;
- 16- Doze tanques em alvenaria e cimento para água;
- 17- Duas baias, uma para bovinos e outra para eqüinos;
- 18- Dez barragens de pequeno e médio porte;
- 19- Dois poços, um amazonas e outro artesiano;
- 20- Duas caixas de d'água suspensas em alvenaria de cimento;
- 21- Uma cisterna em alvenaria de cimento;
- 22- Dois cata-ventos desativados;
- 23- Um tanque para lavar roupas e abastecimento d'água para animais;
- 24- Um trator com carroção de madeira;
- 25- Uma grade de discos com sete discos;
- 26- Um carroção de madeira;
- 27- Três carros de boi com pneus de borracha;
- 28- Uma máquina forrageira elétrica.

\*instalações complementares: 48.661.97m de cerca interna. Com 2,3,4,5,7 e 8 fios

de arame farpado; e 15.500m de cercas externas, com 7 fios, também de arame farpado.

\*Estrada interna: 48.584m de estradas municipais interna ao seu perímetro, além de mais 48.270m de estradas vicinais.

\*extensão da rede elétrica: 564m.

Fonte: INCRA-PB (2001)

A maioria dos armazéns encontrados na época da desapropriação, e que ficam todas na agrovila da Sede, foram transformadas em moradias. Os currais e as cercas estão sendo aproveitados de maneira inadequada, ou de forma coletiva, no caso dos currais.

### **3.2.7. Organização do assentamento**

O assentamento é coordenado por uma associação chefiada por um presidente, que tem a função de mediar as demandas dos assentados junto aos órgãos públicos e de coordenar as atividades coletivas. Conta ainda com um vice-presidente, secretário, tesoureiro e com um conselho fiscal, com três membros titulares e três suplentes.

Este modelo é reproduzido na maioria dos assentamentos da Paraíba, pois qualquer projeto que vem para o assentamento deve ser trabalhado a partir de uma organização jurídica que represente os assentados, visto que qualquer financiamento tem que ser aprovado pelo órgão juridicamente organizado (se não for uma associação, será uma cooperativa).

No assentamento Mandacaru, a associação funcionava basicamente sob as ordens do presidente. O diálogo praticamente não existia e mesmo os membros da diretoria aceitavam essa situação pela dificuldade de entender a burocracia. Além do presidente, somente o secretário era alfabetizado, mas tinha dificuldade em redigir as atas das reuniões, que (até mesmo isso) o presidente tinha que redigir.

## CAPÍTULO IV

### AS DIFICULDADES DA ORGANIZAÇÃO

#### 4.1. DIFICULDADES DA ORGANIZAÇÃO LIGADAS AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Discutiremos aqui, quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados, quando da luta pela terra, as dificuldades com a diversidade de origens, identidade comum e com a demora no processo de instalação do assentamento.

##### 4.1.1. As dificuldades durante a luta pela terra

No processo de ocupação e organização do assentamento, ocorreram vários problemas que dificultavam a luta, como a falta de água potável, de comida, de meios de transporte. Enfim, as estratégias adotadas pelos líderes do movimento não foram adequadas às situações específicas da região semi-árida, da qual o Cariri é parte integrante, atrapalhando a organização das atividades necessárias ao enfrentamento que ocorreu entre o fazendeiro e os Sem Terra. Estas dificuldades acabaram culminando na desistência de certo número de trabalhadores, enfraquecendo a luta e o movimento.

Para o MST, a “grande escola” é o processo de luta pela terra e a permanência dos trabalhadores organizados num acampamento; é ali que se constroem os primeiros laços de

interconhecimento<sup>5</sup> que irão fundamentar a nova organização social do grupo. Pois a luta pela terra é parte importante no processo de organização do assentamento, é onde a maioria dos assentados começa a perceber a valor da integração entre as pessoas que vão formar uma nova comunidade, sendo fundamental para facilitar a organização.

Quando fizemos nossas entrevistas, pudemos perceber a diferença entre aqueles que participaram da luta e aqueles que entraram diretamente no assentamento. Os primeiros falaram da união que existia no acampamento, e como todos se ajudavam nos momentos de dificuldade; já os segundos tinham dificuldades de convivência e de inter-relacionamento com o grupo; essa diferenciação proporcionou muitos desentendimentos entre os assentados.

#### **4.1.2. A diversidade de origem dos assentados e a falta de identidade comum**

A formação do assentamento Mandacaru se deu por meio da entrada de pessoas de diversas localidades, urbanas e rurais. Elas trouxeram consigo uma sociabilidade específica do lugar do qual outrora fizeram parte. Os hábitos, a maneira de agir e o comportamento diferenciado de cada uma possibilitaram a formação de um grupo heterogêneo e fragmentado.

Os nossos entrevistados são pessoas vindas de Sumé, Congo, Serra Branca, Camalaú, e migrantes que retornam ao Cariri, vindos de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro etc. Esta diversidade de origens acaba reproduzindo um clima de desconfiança dentro do assentamento, onde inveja, rivalidades e fofocas marcam o diálogo dos entrevistados.

O pessoal gosta muito de conversa, pra gente dar ouvido pra o que eles falam só vai dar confusão, ninguém quer ver o bem de ninguém, começando pelos vizinhos, se você for dar ouvido a tudo o que eles falam você só vive descontente na vida, quem não gosta de conversa é bom evitar. (N. S. S.)

---

<sup>5</sup> Segundo o conceito de Mendras

Neste sentido o que as entrevistas nos mostram, é que a estranheza entre as pessoas tem se tornado o grande problema no relacionamento entre os assentados, impedindo atividades que poderiam ajudar a melhorar as coisas no assentamento possam ir adiante pela desconfiança que existe entre os assentados.

Dessa forma, no assentamento Mandacaru, podemos definir quatro categorias de assentados: os que participaram da luta e acompanharam todo o processo da conquista da terra; os moradores que acabaram ficando no assentamento quando da desapropriação e se tornaram assentados sem passar pelo processo de luta; os que vieram de outras frentes de lutas, conheceram o processo da conquista da terra, mas não construíram laços de interconhecimento com o novo grupo; e aqueles que vieram diretamente para o assentamento sem participar de nenhuma atividade visando conquistar a terra.

Poderíamos ainda separar os assentados entre aqueles que têm experiências da agricultura e não encontram muita dificuldade no cuidado com as atividades agropecuárias e aqueles que perderam o contato com a terra pois trabalhavam em outras atividades e não sabem mais labutar no campo. Os assentados que perderam laços com agricultura, têm que aprender novamente a cultivar a terra. Não sabem como produzir nas vazantes e encontram dificuldade de manter o abastecimento de comida para suas famílias.

O episódio de não produzirem nas vazantes levou ao abandono de parcelas de terras muito produtivas. Isto ainda é agravado pelo fato de outros assentados não poderem utilizar estas parcelas, pois cada um só pode produzir na parte que lhe cabe. Este problema poderia ser resolvido através do acordo entre as partes, mas a impossibilidade de diálogo acaba dificultando o uso da terra por parte dos que gostariam usar essas parcelas. Segundo os assentados que produzem nas vazantes, o desperdício destas terras é considerado um absurdo, pois se trata das melhores e mais produtivas áreas de cultivo.

Chega o cara querendo plantar uma vazante, tem que pegar uma varinha e medir 13 varinha, 22 metros de largura. Isso é terra para um homem trabalhar esperando aquela água baixar? Agora você olha do outro lado, tá aquele mato crescendo. Chegou um rapaz outro dia, estava medindo aquela área, eu achei tão interessante, porque tanta terra pra plantar e ele ali só com aquela porcaria pra um homem trabalhar e a outra terra está sendo perdida, eu já não digo mais nada (M. M. L.).

A falta de identidade comum é um problema sério para o desenvolvimento do assentamento, mas o conflito entre os assentados pode ser o caminho para se construir laços de integração, são momentos que colocam os assentados frente a frente e os obrigam a buscar soluções para seus problemas.

#### **4.1.3. A demora no processo de instalação**

Outra questão que deve ser levada em conta é a saída da maioria das famílias que participaram do processo de luta. Um levantamento feito pela Associação evidenciou a permanência de apenas 18 famílias, sendo que no acampamento o número girava em torno de 80. Dessas famílias, algumas desistiram da terra por conta das dificuldades e voltaram para a cidade e outras foram para outros assentamentos que ficam mais próximos de suas comunidades de origem. Isto acarretou outro problema para o assentamento, que é o fluxo constante de novas pessoas.

Uma das questões inerentes à desistência é a espera pela demarcação das parcelas, sendo isso o motivo que impede que projetos e financiamentos possam sair do papel: *“compraram a terra e assentaram este pessoal aqui dentro, mais eu creio que este pessoal tá aqui muito tempo aqui dentro, tem alguns anos já, e entra ano e sai ano e continua a mesma”* (J. B. F.).

Nas palavras de outro assentado é evidenciado que: *“aqui a gente damos duro pra sobreviver... num é fácil não, eu sei que eu... tem um bocado de papel ai pra mostrar, tem meio mundo de papel, mais até agora solução nenhuma... Só tem muita promessa”* (J.G.S.).

Enfrentando muitas dificuldades, os assentados acabam perdendo a esperança que tinham quando chegaram ao assentamento e ganharam um pedaço de terra, acreditando que isso seria a sua redenção. Entre a esperança de dias melhores e as dificuldades enfrentadas neste momento, eles ficam questionando a situação dentro do assentamento, sem terem uma perspectiva de encontrarem soluções. Isso agrava a questão do inter-relacionamento dos assentados, dificultando ainda mais as soluções de seus problemas. Isto tem como resultado direto o abandono da terra, segundo J. F. de S:

Eu gosto muito daqui, pra gente sobreviver aqui tem que ter muita força de vontade pra viver aqui dentro, porque eu vejo muitos que já vieram já voltaram, porque a vida aqui é muito difícil, porque esse tempo todo aqui não saiu projeto nenhum, nem nada...ai fica difícil de sobreviver aqui... Eu não penso só no meu ponto de vista, penso no ponto de vista de todo mundo, porque é muito difícil viver aqui, tem que ter muita vontade.

Uma consequência é o atraso no início de atividades produtivas, o que está inviabilizando o assentamento. A maioria dos assentados não acredita mais nos mediadores; eles acham que estão servindo de massa de manobra, numa briga que não é deles, mas que acaba influenciando nas suas decisões de abandonarem seu sonho, “o sonho da terra”.

Por todas estas dificuldades, os assentados acabam não tendo um entendimento claro do que é melhor para eles e para o assentamento, o que os obriga a soluções que podem ter como resultado um dano ainda maior para o assentamento, como por exemplo a produção de carvão como única alternativa de ganho, o que pode, em longo prazo, comprometer a sustentabilidade ecológica e social do assentamento.

## 4.2. AS DIFICULDADES NA ORGANIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO

As dificuldades de organização no processo de luta pela terra não se extinguíram com a formação do assentamento. Vamos procurar analisar agora as principais dificuldades enfrentadas neste segundo momento, tais como: dificuldades com a direção do assentamento; como o sonho da autonomia dificulta a ação coletiva; o trabalho coletivo e a cooperação e a divisão entre a direção e os assentados.

### 4.2.1. A direção da Associação.

O papel da associação é de coordenar as atividades que são trazidas para o assentamento e oferecer condições para que as atividades iniciadas possam ter possibilidades de irem a frente; em particular, o presidente da Associação deve servir de moderador das demandas que não são resolvidas entre os assentados.

A associação do assentamento Mandacaru está enfrentando muitos problemas, tanto pela maneira como é dirigida, como também pelas dificuldades que encontra quando procura trazer projetos junto aos mediadores ou realizar algum tipo de atividade de formação, produtiva e cultural para os assentados.

Os assentados, na sua grande maioria criticam a maneira como o presidente conduz a associação. Dizem que a direção é muito autoritária, que não presta contas, e chegam mesmo a questionar seriamente sua administração. Por exemplo, o Presidente permitiu que um fazendeiro da região colocasse seu gado dentro do assentamento, cobrando um aluguel, mas nunca prestou conta da utilização desse dinheiro.

Agora botou esse gado ai, foi passado por assembléia, está registrado...Daí esse dinheiro entra. mas nunca que o presidente passou em reunião, nem registrou em ata pra gastar esse dinheiro, e esse dinheiro desapareceu...Além de ocupar um dinheiro que não é dele, é da associação, é do povo, ainda quer que pague a mensalidade, mas eu não pago não, só pago na justiça. Ele vai ter que prestar

conta, quanto deu o dinheiro. Já se tirou uns 15.000 mil reais aqui este ano de pasto, a gente só registrou 3100 reais, o resto a gente não sabe onde ele colocou (M. M. L).

Nos dias anteriores a nossa chegada ao assentamento, alguns assentados retiraram a bandeira do MST que estava hasteada no pátio da antiga sede da fazenda, onde hoje funciona a associação (e que o presidente ocupa como domicílio, sem autorização). O real motivo desta disputa não é o MST, mas a maneira como o presidente conduz a associação. O motivo é a contradição entre o líder e os princípios do MST. Ele se diz do movimento, mas não pratica as idéias do mesmo, fica fazendo um jogo de cena para poder manter o controle da associação.

É, pois o pessoal aqui não estava contra o MST, é contra a forma que esse sujeito trabalha... Aqui quando era os outros militantes, eles chegavam na casa de um assentado ou acampado e não tinha nada pra comer, eles iam pra rua pedir comida. Botassem o que fosse, traziam um saco de coisa pra botar pro pessoal, agora esse daí é diferente. (M. M. L)

Mesmo assim os assentados acham que a associação é muito importante para o desenvolvimento do assentamento, e que se bem organizada pode ser um instrumento útil na administração do assentamento. Quando os assentados questionam a associação, estão tentando forçar a mudança de perspectivas na organização e gerenciamento da mesma, possibilitando que ela seja o mecanismo de luta que possa colaborar na busca de benefícios para todo o assentamento.

Os assentados esperam que a associação possa fazer o trabalho de coordenar as parcerias que devem se estabelecer dentro do assentamento, fazer convênios e buscar os recursos necessários para possibilitar o desenvolvimento de alguma atividade produtiva. Na visão dos assentados, é justamente o contrário que hoje acontece; quando questionados sobre como está a situação da associação, respondem que ela não funciona:

É só o nome, hoje tudo é através de associação, mas associação deve ter convênio com a prefeitura. Como associação não tem convênio com a prefeitura? Não ter nada a ver com justiça? Nem de nada, isso é uma associação independente de todas as entidades governamentais. Como isso pode ser chamada de associação? Porque se uma associação já é pra representar uma comunidade junto à prefeitura, o governo do Estado, algo federal, o que for. Não vai meu nome, vai o nome da associação. Aqui não existe isso. A associação não é municipalizada, não tem convênio com a prefeitura e sempre permanece sem fundo. Que associação que é essa? (M. M. L.).

Aqui podemos perceber o quanto está distante o que é feito hoje com a associação e o que realmente seria importante para que novas idéias pudessem surgir. A falta de diálogo e acordo entre a direção e os assentados, acaba impedindo que as atividades produtivas possam acontecer de maneira mais satisfatória.

#### **4.2.2. O sonho da autonomia dificulta a ação coletiva**

A concepção da utilização dos espaços pelo Inca não corresponde à lógica tradicional camponesa. Segundo esta, as vazantes, que são as terras mais férteis, são utilizadas de forma individual para os roçados, assegurando a alimentação, e os tabuleiros servem para soltar o gado, geralmente de forma coletiva. A proposta do Inca é trabalhar as vazantes de forma coletiva, o que contradiz os costumes do Caririzeiro. Este não se nega a ajudar um vizinho que está doente ou em dificuldade. Mas no seu roçado ele gosta de trabalhar de maneira individual. A situação ainda é agravada pela falta de diálogo e de representação dos associados que acreditam que a direção da associação defende seus próprios interesses e não o interesse da coletividade.

Desta forma, as imposições feitas pelo Inca muitas vezes não são aceitas. Esta situação dificulta a ação coletiva; os assentados têm medo de perder a liberdade de trabalhar, conquistada com a reforma agrária, preferem trabalharem sozinhos.

Pois, a história da maioria dos moradores do assentamento Mandacaru, é carregada por um longo período de subalternidade e subserviência ao mando de um Coronel, quando o modo de produção e as relações de poder passavam necessariamente pelas mãos desse senhor de terras. A sujeição ao coronel sempre foi o único caminho para a maioria destes trabalhadores.

Nessa perspectiva, a conquista da terra representa também a conquista da liberdade. No seu lote de terra, o camponês vai poder tomar em suas mãos a condução do seu trabalho, o quanto vai trabalhar e o que vai produzir.

*Acho que melhorou, porque vivo trabalhando pra mim, não to mais trabalhando pra os outro, pra mim foi a coisa melhor não trabalha pra os outro. (F. L)*

*To mais satisfeito. Eu quero comer uma vez por dia no que é meu, do que comendo três vezes por dia no que é dos outros (P. O.)*

Alem da liberdade, os assentados, de maneira geral, acreditam que a reforma agrária pode ser o caminho para a sustentabilidade das condições de vida dos assentados. A terra pode ser o meio de garantir melhores condições para o futuro, como também a possibilidade de se pensar alguma coisa para os filhos e netos. Nas palavras de P. O.

*A coisa que eu mais pensava quando morava na rua, era um dia ser dono de um pedaço de terra pra gente trabalhar. Não fazendo frente só pra mim, mais fazendo frente pra um filho, pra um neto. Daqui mais pra frente, porque se daqui a 40 anos, se nós formos vivo daqui a 40 anos, eu não sirvo mais nem pra ajuntar lixo, mais é preciso pensar já agora num filho e se toda família tem que aparecer neto, bisneto e por ali vai, eu não posso pensar no futuro só pra mim, tenho que pensar no futuro pras gerações mais nova.*

Diante da submissão historicamente constituída, a vontade maior do assentado é obter a liberdade juntamente com a terra. Porém, ao assumirem o lote, se deparam com outra

forma de sujeição fruto da relação estabelecida com novas lideranças e mediadores. Em Mandacaru isto é muito claro diante da postura e da relação constituída entre assentados e o presidente da Associação, e é refletido diretamente na ação dos mediadores.

Assim, de maneira geral, o trabalho coletivo é visto com restrição, e significa algo de estranho ao mundo daquelas pessoas. Este tipo de trabalho só existe em família, e não se tem o costume de trabalhar coletivamente em grupos maiores, para a produção do dia a dia. O mutirão se pratica em circunstâncias excepcionais, por exemplo, quando o chefe de uma família fica doente e não pode trabalhar ou em casos em que o serviço deva ser realizado num curto espaço de tempo.

O trabalho de orientação, visando mostrar os benefícios do trabalho coletivo e a necessidade de se trabalhar num contexto onde algumas tarefas exigem a cooperação para a realização de determinadas tarefas devido à existência de áreas coletivas, solicitam dos assentados a inserção nesta nova atividade e possibilitam uma maior compreensão do que é o trabalho coletivo.

Porém, as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento dessas atividades fazem transparecer quanto os camponeses têm dificuldade de trabalhar nos coletivos, devido à falta de uma melhor organização. Os assentados alegam que precisam fazer outras atividades, ou “ir atrás de conseguir algum dinheiro” para fazer sua feira. A fala dos entrevistados mostra bem as dificuldades de se realizar algum trabalho coletivo:

Rapaz, existe o coletivo de grupo, grupo de família, ai tem um coordenador, junta 10, 12, tem uma cerca, ai se junta 10,12 e vai ajeita a cerca né? Eu mesmo sou coordenador de uma turma de 14 pessoas, ai quando tem uma cerca ruim, ai eu convido aqueles 14 e digo – Vamos trabalhar um meio dia e dar um jeito naquela cerca... o serviço sempre é assim sabe. Mas nem todos os coordenadores pode arrumar trabalhador todo, porque a coisa mais difícil que eu achei até hoje, é negociar com gente, porque cada cabeça é um mundo, como diz o ditado né? Então a coisa mais difícil é negociar com gente. (P. O)

As dificuldades de organização em coletivos são aumentadas pela falta de integração entre as famílias assentadas. O trabalho é visto com desconfiança; as tarefas são percebidas como imposição, pois a maioria dos assentados acredita que estão sendo explorados e que nem todos cumprem com suas obrigações, deixando os companheiros de lado e fazendo outras atividades que são particulares.

Existem alguns trabalhos coletivos, mas sempre quando tem trabalho coletivo não participa todos... Quando tem uma cerca caída tem um coletivo pra ir concertar ela, muitos dizem que não vão porque tem que cuidar do carvão, se não cuidar não tem o que comer, eles são incompreensíveis desse jeito. Já foi feito vários trabalhos coletivos, mas nunca foi 100% não. (J. F. de S)

O que tem funcionado melhor, em relação ao trabalho coletivo, são algumas iniciativas de pessoas de uma mesma família (irmãos, tios, primos) que organizam alguma atividade em comum, como uma horta ou ajuda em trabalhos nos roçados.

Os assentados entendem que a cooperação poderia ser um mecanismo útil, visando a melhoria da produção, e isto se daria, ou na forma simples de ajuda mútua, ou em atividades que necessitam de rapidez em fazer determinadas atividades, mas isso deveria ser pensado como um processo de construção de um novo modo de trabalhar, e não como uma atividade eventual.

Se você vai trabalhar com aquele grupo e vai dando certo, você vai pegar e vender, pode vender dentro do próprio assentamento, como também pode colocar banquinha na cidade, citando que aqui é os produtos do assentamento Mandacaru. Se não puder ir todos pra trabalhar na banquinha, vai dois ou três vender lá e o que vender já pega, divide ao meio, pega uma parte pra comprar as sementes novamente e assim ia caminhando (N. S. S.)

Mas as tentativas em trabalhar de forma cooperativa encontram muita dificuldade e as experiências neste sentido terminaram de forma desastrosa, desacreditando ainda mais qualquer tentativa neste sentido, pois os assentados temem possíveis dificuldades financeiras.

A falta de experiência neste tipo de atividade, como também a falta de experiências e conhecimentos nas formas de fazer a gestão de um trabalho cooperativo impedem qualquer tentativa de avançarem na organização.

Quando questionamos os assentados sobre a possibilidade de se organizar um trabalho levando em conta a questão da cooperação, as respostas deixam transparecer a estranheza com esta forma de trabalhar:

Eu nem sei te informa, por que eu não sou bem informado de cooperativa, não sei informar não (A. A. S.).

Eu acredito que também é falta de informação, o povo... Assim não tem a prática, ainda é só acostumado com associação, ai pensa que não existe outra condição... Mais talvez seja falta de informação mesmo. (P. O.)

Com o já explicamos acima, a desconfiança entre as pessoas também é um complicador quando se fala em cooperação. Os assentados até querem acreditar que pode dar certo, mas a preocupação em entrar nesta forma de organizar o trabalho resulta do receio da possível exploração de alguns membros sobre o grupo:

Acho que pode até dar certo, mas também não, porque tem muita gente que só pensa neles e não nos outros, ai se botar... Vamos supor um grupo de um grupo de cinco pessoas, daqueles, quatro trabalha, é muito difícil trabalhar com pessoas que a gente nunca sabe como a pessoa pensa e nem como ela é né? A gente só sabe na realidade quando está trabalhando com ela, ai é difícil a gente dizer se vai dar certo ou não. (J. F. de S.)

A lógica camponesa é da subsistência, não é a lógica capitalista do comércio e do lucro: os assentados se preocupam antes de tudo com a produção de comida suficiente para a sua família. Neste sentido, a perspectiva dos assentados também deve ser levada em conta ao se discutir a cooperação e mesmo que o trabalho seja árduo e exige muito esforço do camponês, ele prefere, com base na sua forma tradicional de produzir, trabalhar de maneira individual.

#### **4.2.3. A divisão entre a direção da Associação e os assentados**

A direção política da associação é muito questionada, pois o presidente da associação não soube introduzir um clima de paz e entendimento no assentamento. Poucos são os assentados que concordam com o modelo de direção praticado por ele.

Têm vários questionamentos. A maioria critica o autoritarismo do presidente. Mas alguns acham que a forma de administração está frouxa e que se deveria agir com mais determinação na busca de instrumentos e projetos que pudessem melhorar a vida dos assentados; eles gostariam, que o presidente fosse de certa maneira o “velho coronel” que deveria orientar e mostrar o caminho a ser seguido.

O problema todinho daqui é não ter um governante pra dizer, é isso aqui. Porque se o senhor é presidente e disser que nesse açude não é pra pescar, ninguém é pra ir. tem que ser uma palavra séria, não assim se você dizer que não, e dali a pouco tem cem pescando. Aqui não tem autoridade pra nada. Precisa de uma organização mais severa. (I. N. P)

Além do mais, a maioria ainda avalia que o presidente se apropria do nome do MST para poder levar em frente suas próprias propostas políticas. O grupo político do presidente faz da associação seu território, agindo de forma a só ajudar aos assentados que defendem o presidente.

Vale dizer que, nas palavras do próprio presidente, sequer segue as linhas de ação propostas pelo movimento, pois o material de apoio e orientação é deixado de lado: *Eu acho que tenho um caderno aí, mas acho que nunca cheguei a ler não (M)*.

Desta forma a organização do assentamento fica sem rumo visto que cada um puxa para um lado, sem consideração do que realmente é importante para o desenvolvimento do assentamento como um todo. Cada um tem uma idéia do que deveria ser feito e pela falta de entendimento e diálogo, nenhuma proposta vai adiante, sendo isto talvez, o motivo da manutenção de um presidente autoritário.

### **4.3. PROBLEMAS DO ECOSISTEMA E DA INFRAESTRUTURA**

Trataremos aqui, dos problemas inerentes à situação do assentamento, frente a questões como a forma de produzir trabalhada pelos assentados, a degradação ambiental, a infra-estrutura e a convivência com o semi-árido.

#### **4.3.1. Os agricultores e a forma de produzir**

A produção no assentamento é bastante diversificada, o que não quer dizer que seja produzido muito; em muitos casos a produção dos assentados é insuficiente para a manutenção das famílias, ficando aquém do mínimo necessário para garantir a alimentação.

Em anos bons de chuva estes problemas diminuem permitindo que a maioria consiga colher o suficiente para alimentar sua família e seus animais, e em alguns casos algumas sobras são vendidas no mercado auferindo algum dinheiro aos agricultores, mas isso não é a regra, sendo que a maioria não consegue se manter dignamente em logo prazo.

Falta o domínio de tecnologias apropriadas para produzir nas condições do semi-árido, tais como as diversas formas de armazenamento da água de chuva, de conservação da

forragem, de manejo da caatinga e do rebanho típico da região, e de utilização racional da vegetação natural.

#### **4.3.2. A degradação ambiental**

O ecossistema do Cariri é muito frágil e não resiste a uma ação predatória. No contexto geral, a situação dos assentados é de precariedade; a maioria não tem condições de se sustentar em momentos de dificuldade; isto acaba obrigando-os a buscar soluções momentâneas, o que pode ser ainda mais prejudicial para a sustentabilidade do assentamento, como é o caso do carvão. Atividade essa, utilizada pela maioria dos assentados nos momentos de maiores dificuldades, resultando em um problema que em longo prazo pode até mesmo inviabilizar a atividade agrícola na região, devido ao processo de desertificação que já ocorre no Cariri.

A necessidade em buscar alguma atividade que permita aos assentados saírem da atividade de produção de carvão é urgente, pois os estragos que causa são muitos; andando pelo assentamento se encontram clareiras, onde o processo de desertificação já está adiantado.

Esta mudança de atitude diante da atividade produtiva hoje desenvolvida impõe aos assentados a busca de novas maneiras de trabalhar a terra, e neste contexto as idéias de cooperação e a agroecologia surgem como uma possibilidade. Mas vão depender do tipo de capacitação oferecida aos assentados.

A convivência com o semi-árido é algo que impõe aos camponeses uma luta diária contra as dificuldades que o clima traz. A seca castiga as pessoas que vivem nestes lugares, obrigando-os a tomar atitudes as quais vão contra a vontade, pois a necessidade faz com que façam carvão como única possibilidade de conseguirem a alimentação, pois a seca não permite que possam produzir sua comida.

### **4.3.3. A infra-estrutura e a convivência com o semi-árido**

A infra-estrutura do assentamento não condiz com a realidade dos assentados, ela foi instalada para a criação de gado de corte e caprinos em larga escala; os estábulos e galpões eram pensados visando concentrar um grande número de animais num mesmo lugar, visto que tudo era de um mesmo dono.

Assim, a infra-estrutura perde o sentido no novo contexto e não tem mais função na produção dos assentados. Agora a produção deve ser organizada em torno de cada família; as construções que lá estão são aproveitadas de forma precária em algumas poucas atividades coletivas.

A falta de preparo de muitos assentados colabora com essa situação; muitos dos que lá estão deixaram o campo por um longo período, o que fez com que perderam o vínculo com a terra e têm dificuldades em reorganizar suas atividades produtivas ajudando a agravar a situação do assentamento.

Outro problema é a falta de instrumentos de trabalho condizentes com o novo contexto, não utilizam tecnologia apropriada para trabalhar o modelo de agricultura familiar agora proposto, consequência da falta de conhecimento dos assentados que perderam os laços com agricultura, mas que também se torna uma dificuldade a mais para produzir.

Outro problema é a questão do transporte. O pouco que sobra para ser levado ao mercado ou à feira, acaba em muitos casos se inviabilizando pela falta ou pelo alto custo do frete. O leite é um dos únicos produtos a ser levado às indústrias, pois o mesmo tem alguns incentivos por parte dos órgãos públicos, sendo aproveitado em programas de assistência social, viabilizando a comercialização pelos assentados. Ainda assim, alguns assentados não aproveitam essa oportunidade pois acham o custo muito elevado.

#### **4.4. FALTA DE DIÁLOGO ENTRE OS MEDIADORES E OS ASSENTADOS: AS DISPUTAS ENTRE MEDIADORES:**

Discutiremos aqui outros problemas, relativos aos projetos para o assentamento e à sua execução, como: o poder político dificultando a organização do assentamento; as propostas dos mediadores e a formação dos assentados.

##### **4.4.1. O poder político dificultando a organização do assentamento.**

Os projetos produtivos para o Assentamento Mandacaru estão sendo construídos num clima de disputa envolvendo diversos atores, entre os quais se destacam o MST e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), apresentando cada um propostas que correspondam a suas políticas.

Neste contexto a organização do assentamento sofre pela falta de uma ação voltada para as demandas dos assentados, impedindo em muitos casos que as pessoas que lá vivem e trabalham possam construir instrumentos para resolver ou pelo menos amenizar esses problemas.

A disputa entre os mediadores acaba dividindo os assentados, ao invés de ajudar a construir caminhos no sentido de viabilizar o assentamento, ficando de um lado aqueles que apóiam o MST (ou pelo menos, o presidente que diz representar o MST) e de outro lado os assentados que preferem a mediação do PDHC ou mesmo de outros mediadores. Cada grupo procura impor suas idéias, criticando aqueles que não estão de seu lado. Nas palavras de A. S:

Bom, olha, é o seguinte, o povo aqui, o presidente, com mais umas pessoas aqui, eles se corrigem mais com o MST. O MST, na semana passada, nós tiramos a bandeira, não queremos mais a participação do MST aqui no assentamento, seis anos com o MST aqui e nunca adquiriu nada pra gente aqui, apenas eles querem levar, não

trazer, Ai nós fizemos uma reunião, ai tiramos o MST, mas eles tentam ficar e nós não queremos.

Isto mostra a disputa entre as partes que lutam para impor a sua proposta dentro do assentamento, onde A. S. é ex-presidente da Associação e não concorda com a maneira como o atual presidente conduz os trabalhos da associação. Como vimos, o presidente é muito autoritário e trabalha mais para si próprio do que para o assentamento. *Eu acho que a administração dele é muito curta, e ele só puxa mais o lado dele. (A. S.).*

J. G. diz que:

Ai a revolta do povo é essa aqui. Ai diz, não porque não tem organização, como é que o cabra vai ter organização só um puxando, só pro lado dele... Ai não tem condição não... A gente vive fazendo uma pedinha de carvão pra arrumar o dinheiro de fazer a feirinha né? A gente aqui... Eu to com maleta que tem meio mundo de folha de papel, tudo é o negócio de recurso que eles só faz planejar, mais até agora... Não saiu pra ninguém.

O presidente se defende, dizendo que os assentados não têm iniciativa própria e que em vez de buscar soluções ou propor caminhos, ficam esperando que alguém traga as coisas já prontas. Segundo o mesmo:

Porque eu vejo a maioria deles esperando alguém pra dizer: vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Como se fossem obrigados a fazer. Eu como presidente e coordenador, eu coloco que a gente temos que se unir, que esses grupos de família ver o que realmente está faltando lá onde eles trabalham, trazer pra associação pra gente discutir e encaminhar, pros grupos, pra ver se existe alguma tarefa coletiva dentro do grupo, e eles comecem a fazer esta, mas o problema do assentamento, é que meio... O pessoal está meio trabalhando pra o sustento (M)

Neste sentido, podemos perceber que a organização dos assentados é relegada a um segundo plano e o que acaba ganhando importância é uma disputa pelo poder, no sentido de controlar o que pode acontecer no assentamento.

A falta de formação dos assentados e a falta de programação de atividades que possam ajudar na manutenção das famílias assentadas não permitem avanços e quase sempre quem sofre são os próprios assentados que não conseguem produzir o suficiente para alimentar as suas famílias.

Não podemos, é claro, desprezar a capacidade dos assentados em buscar novas soluções, ou pelo menos amenizar os problemas no assentamento. Porém, da forma como são trabalhadas as propostas pelos mediadores, não encontram respaldo junto aos assentados, devido à distância entre o que é proposto aos assentados e aquilo que eles pretendem construir.

#### **4.4.2. As propostas dos mediadores.**

Projetos e propostas para serem trabalhadas no assentamento não faltam. Já foram discutidas, segundo os assentados, muitas idéias, desde a criação de galinhas de capoeira até projetos para produção de artesanato e coisas afim.

Num primeiro momento as iniciativas de projetos conseguem reunir um bom número de pessoas interessadas em desenvolver a nova atividade. Porém, logo na primeira dificuldade, já começam as desistências, por não haver continuidade nas ações dos mediadores e não existir assistência técnica adequada.

Por outro lado, têm dificuldades devidas ao imediatismo das pessoas que entram numa nova atividade. Os assentados esperam que, logo no primeiro ano, já obterão um bom resultado que atenda às suas demandas; ao perceberem que as coisas não estão andando exatamente como previram, começam a desistir. Como exemplo, podemos citar um projeto

que pretendia instalar duas mandalas<sup>6</sup> no assentamento, uma na Agrovila da Sede e outra na Agrovila Lambedor, visando a produção de hortaliças e frutas.

O projeto teve um bom início, mas segundo N. S. S., foi somente isso:

Era pra trabalhar o grupo tudo junto, mas umas começou só com o arranque e depois foi desistindo, foi embora, diz que não tinha futuro e aí foi abaixo, desviaram todo o material e o do Lambedor, eu não sei falar sobre ela, porque lá começou com um plantio de pimentão, uns pé de bananeira mais outras coisas, mas eu sei que não funcionou também.

O que podemos perceber neste caso, é que foi proposta uma tecnologia que os assentados desconheciam, e que o projeto não teve o devido acompanhamento. Assim, na primeira dificuldade, houve desistência. O maior problema é a falta de continuidade por parte dos mediadores, que não oferecem uma assistência técnica continuada; não acompanham projetos que foram praticamente impostos aos assentados. Quando têm problemas, estes não têm condição de resolvê-los sozinhos.

Quando perguntamos aos assentados se já havia sido feita alguma coisa no assentamento, visando a melhoria nas condições de vida deles, a resposta quase sempre é a mesma:

Não. Porque todo tempo foi assim, porque já não querem mais ir em assembléia, porque já estão cansados de promessa, fala, fala e não faz nada. Agora nunca vi projeto assim pra... Sustentável pra gente não. Aí na escola onde eu trabalho apareceu um projeto do Dom Helder que é aprender a vida no semi-árido... Que é pra incentivar pra eles viverem aqui, que é pra não se deslocarem pra outro lugar, pra ser o meio de sobrevivência aqui, mas é difícil ensinar como plantar uma horta aí. O menino chega em casa e diz – Mãe, vamos plantar uma horta pra gente sobreviver. Se ele não tem de onde tirar as sementes e sustentar uma horta, aguando na mão é muito difícil, precisa de motor ou alguma coisa de irrigação e eles nunca fazem projetos pra isso, alguém só pode até ter pensado esse projeto, mas até agora nada. (J. F de S)

---

<sup>6</sup> A Mandala é um sistema de irrigação para pequenas áreas sendo utilizada principalmente no cultivo de hortifrutigranjeiros.

Isto mostra a distância que existe entre as propostas trazidas pelos mediadores e aquilo que os assentados desejam realizar de acordo com seus interesses pessoais e coletivos, bem como de seus projetos de vida.

#### **4.4.3. A formação dos assentados**

O analfabetismo é um problema sério no assentamento; mais de 50% dos assentados não sabem ler nem escrever e dos outros 50% restantes, a grande maioria apenas escreve o nome ou soletra algumas palavras, tendo dificuldade em entender o que lhes é oferecido pelos mediadores.

A falta de formação voltada para atividades produtivas é outro problema. Os assentados sabem basicamente fazer aquilo que sempre foi do cotidiano de suas vidas, e precisam de uma formação mais condizente com a nova realidade, partindo dos saberes dos próprios camponeses. O presidente não tem prestado atenção a esse problema no sentido de capacitar os assentados. O MST oferece cursos eventuais, mas não há uma capacitação sistemática. Os cursos oferecidos levam em conta a formação política e algumas atividades que têm por objetivo organizar o trabalho dentro do assentamento, visando o trabalho coletivo e algum tipo de cooperação. Porém, a metodologia adotada pelo MST não tem produzido resultados satisfatórios. Os assentados não se sentem à vontade porque as propostas que são discutidas não têm muita relação com aquilo que existe dentro do assentamento e também por não serem ouvidos. Acabam não entendendo o que está sendo proposto, tanto pela estranheza que os assuntos lhes causam, como também por estar muito distante do que eles gostariam de discutir.

Pelo lado do INCRA ou do PDHC, as coisas não são diferentes; as propostas são trazidas quase sempre já prontas e cabe aos assentados aceitarem ou não o que lhes é oferecido. São propostas que foram trabalhadas em outras situações, mas que não condizem

com a nova realidade, tendo como resultado o fracasso. E isto tem ocorrido na maioria das vezes que se tentou fazer alguma coisa para o assentamento. Como exemplo, podemos citar o fomento, que mostra bem como terminam estas experiências. Foi oferecida certa quantia em dinheiro para comprar ferramentas e alguns animais, mas tinham que ser adquiridos em uma feira de animais de raça já determinada pelo INCRA. Esses animais não se adaptam às condições do assentamento. Como resultado sobrou a dívida, pois os animais ou morreram, ou foram revendidos antes de morrer.

Em outros casos, os assentados, que estavam passando dificuldade, revenderam o que tinham comprado para comer ou para satisfazer desejos antigos. As palavras de I. N. P. mostram isso:

Foi o INCRA com o governo, a gente recebeu um dinheiro, recebeu outro dinheiro, dinheiro pra fazer uma feira, pra comprar ferramenta, pra comprar uns bichinhos, todo mundo comprou. Mas depois começou a trocar em moto velha, carro velho, vender pra comer, enquanto tinham foram comendo depois que acabou entraram pro carvão, porque não tinha mais da onde tirar, acabaram com tudo.

A maioria das propostas de formação tentadas no assentamento não faz sentido para os assentados, pois eles não são ouvidos quando se propõe alguma atividade, e isto talvez seja o maior problema.

Não estamos afirmando aqui, que todas as entidades que trabalham nos assentamentos do Cariri tenham esta mesma visão acerca do modelo que deva ser trabalhado nos assentamentos. Obtivemos informações que existem trabalhos que estão dando certo, em outros assentamentos, mas isto ainda não aconteceu no Mandacaru.

Quando fizemos nosso trabalho de campo, tivemos como colaboradora uma aluna da UniCampo com quem fizemos uma entrevista; pudemos perceber o quanto foi importante para ela passar por um processo de formação que leva em conta o modo de vida e as experiências

de cada pessoa, voltado também para a realidade de cada localidade. Quando perguntamos o que a UniCampo lhe proporcionou, nos disse que:

Eu achei uma coisa muito boa, porque não tinha ninguém que me fizesse participar de reunião nenhuma, ou de falar, porque eu tinha muita raiva. Mas depois que eu entrei na universidade, fiquei observando e vi que é uma coisa importante estudar a história de cada assentamento, de cada pessoa. Você vai fazer as entrevistas, cada um de um jeito, outro de outro, e você vai aprendendo a como trabalhar dentro do assentamento, tentar resolver alguma coisa e a universidade está sendo uma coisa de muito proveito. Espero que continue. (N. S. S.)

Isto mostra que é possível mudar a situação das pessoas, mas é preciso levar em conta o contexto de cada grupo a ser trabalhado, respeitando as particularidades de cada assentamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em nosso trabalho, pretendemos discutir as dificuldades de se trabalhar a cooperação dentro dos assentamentos liderados pelo MST. Pretendíamos verificar em particular se o modo de vida camponês constituía um obstáculo para a ação coletiva ou para qualquer nova forma de organização social.

Para tanto, após reler alguns autores que inspiraram o cooperativismo, procuramos compreender qual é a proposta do movimento, quando pensa o desenvolvimento da ação cooperativa dentro dos assentamentos e quais caminhos deveriam ser seguidos para que o cooperativismo inspire todas as ações dos assentados (Capítulo I).

Antes de começar a pesquisa, nossa hipótese era que obstáculo principal para a cooperação era o modo de vida camponês. Neste sentido, procuramos compreender até onde os costumes e tradições do campesinato podem influenciar a tomada de decisões de um grupo social (Capítulo II).

Mas descobrimos, na pesquisa de campo, que o problema era outro. Não são os costumes nem o modo de vida dos assentados que impedirão o desenvolvimento de ações que levem em conta a cooperação, mesmo porque a tradição camponesa apresenta formas de cooperação, como por exemplo, o mutirão. Vimos que, de fato, a cooperação encontra várias dificuldades, mas elas não se relacionam essencialmente com o modo de vida camponesa.

Na pesquisa, após retratar a história do assentamento, em particular o que diz respeito à luta pela terra durante várias ocupações (Capítulo III), constatamos uma série de questões que foram determinantes para dificultar a organização e a cooperação (Capítulo IV). Entre elas podemos citar: a diversidade de origens dos assentados e a falta de identidade

comum; as experiências passadas de dominação que tornaram os assentados desconfiados frente a qualquer proposta que pudesse contrariar seu “sonho de autonomia”; a forma como ocorreu o processo de luta pela terra; a demora na instalação do assentamento; a falta de capacitação dos assentados; o autoritarismo do presidente da Associação, o predomínio de seus interesses políticos e a divisão entre ele e os assentados, as dificuldades na produção determinadas pela degradação ambiental e afastamento da agricultura por parte de alguns assentados, e finalmente a maneira como os mediadores impõem suas propostas.

Aliás, o fator principal é certamente a forma impositiva como as propostas são apresentadas, sem que os assentados sejam ouvidos e possam expressar seus próprios interesses. Desde a elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e a decisão de construir as casas em forma de agrovila (e não nos lotes), até a divisão dos espaços para roçados e a elaboração de vários projetos produtivos, os assentados não foram ouvidos. Cabe salientar que os questionamentos dos assentados contra o presidente da Associação não demonstram uma revolta contra as idéias do MST, mas a vontade de ver o assentamento melhorar, e para tanto, acham, com toda razão, que deveriam poder expressar suas opiniões. A maioria dos mediadores também leva propostas de maneira a impor aos assentados um modelo já pronto e acabado.

Nesta perspectiva, acreditamos que de nada adianta trabalhar projetos de desenvolvimento nos assentamentos sem levar em conta o contexto de cada situação. Para melhorar as ações de cooperação entre os assentados, deve se passar necessariamente pelos próprios assentados; são eles que são os “sujeitos da história”; são eles que devem definir as prioridades; o papel dos mediadores é de dar apoio e orientação para analisar o que é mais viável economicamente na situação dada e quais tecnologias são mais apropriadas, isso sem nunca esquecer que os camponeses também têm seus conhecimentos e suas experiências.

O diálogo é fundamental ao se discutir algum projeto. O objetivo a ser atingido deve ser definido pelos assentados, eles devem participar da construção das propostas indicando seus objetivos, e os mediadores devem dar o suporte técnico necessário para que os assentados possam apreender a desenvolver a atividade. Esta ação dos mediadores não pode ser pensada como algo momentâneo. O acompanhamento deve levar em conta que não se muda de uma hora para outra; novas tecnologias normalmente levam tempo para que sejam assimiladas e, nesse período, a presença dos mediadores, resolvendo os problemas que possam aparecer, deve ser contínua.

Nossa pesquisa mostra claramente que todas as tentativas de construir algo, sem um suporte técnico adequado e sem ouvir os assentados, levaram ao fracasso; os assentados não assumiram responsabilidades e abandonaram o projeto.

Assim sendo, acreditamos que o MST deva propor um trabalho em conjunto, onde, por um lado, os assentados vão ser ouvidos e respeitados nas suas vontades e onde, por outro lado, as propostas não se limitem a considerar o ganho político que determinadas ações podem ganhar, mas também o desenvolvimento humano dentro dos assentamentos.

Acreditamos que seja possível construir um futuro melhor para os assentados de Mandacaru, para que as pessoas que lá moram, possam ter melhores oportunidades. O essencial é que o diálogo seja constante, de forma a desenvolver propostas que façam sentido para eles.

Obtivemos informações de que, com a troca do presidente da Associação, as coisas estão mudando. O trabalho agora desenvolvido passa sempre pela discussão em assembléias ou nos grupos de famílias, onde todos são chamados a expor suas idéias. O diálogo tem se tornado o ponto fundamental na nova situação.

Isto vem reforçar as nossas conclusões acerca da importância do diálogo com os assentados. A cooperação exige laços de confiança e reciprocidade, proporcionando aos

assentados as condições para que possam se sentir sujeitos e capazes de construir suas próprias histórias.

A cooperação demanda confiança mútua, e isto não se consegue em curto prazo. Somente com um alto grau de interconhecimento e confiança mútua, será possível organizar novas formas de trabalhar a agricultura nos assentamentos e isto ainda está muito longe de acontecer no Assentamento Mandacaru. Mas o diálogo e o respeito ao que os assentados têm para dizer, pode ser o primeiro passo para mudar esta situação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e capitalismo no campo*. In: STÉDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Duas Visões do Comportamento Camponês*. Revista de Estudos Econômicos. São Paulo, V 20, nº 2, p. 305 – 322, Maio – Agosto 1990.

\_\_\_\_\_. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Hucitec, 1992

ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura: Tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto a terra*. Campinas, Ed UNICAMP, 1999.

BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência*. Cascavel, Edunioeste, 2002.

BOGO, Ademar. *Lições de luta pela terra*. Salvador: Memorial da letras, 1999

BOGO, Ademar. *Teoria da organização política*. São Paulo, Expressão Popular, 2005

BRUMER, Anita, DUQUE, Ghislaine et al. *A exploração familiar no Brasil*. In: LAMARCHE, H. (Org). *A agricultura familiar*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1993.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DUQUE, Ghislaine. *A produção familiar no Cariri*, notas de pesquisa, mim. 2004

\_\_\_\_\_. *Estrutura fundiária e pequena produção*. In Raízes, nº 4 – 5 CH. – Mestrado em Economia e Sociologia Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campina Grande, 1985.

\_\_\_\_\_. & CANIELLO, Márcio. *PDA – Participação negada*, notas de pesquisa, mim, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pobreza rural no nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social*. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (orgs.). *Para pensar OUTRA AGRICULTURA*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

\_\_\_\_\_. e COSTA, Mary Delane G. *Reforma agrária no Semi-Árido nordestino: que passos para a sustentabilidade? O caso dos assentamentos Quandú e Bela Vista (PB)*. In:

- DUQUE, Ghislaine (Org.). *Agricultura familiar meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisa em sociologia rural*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: martin Claret, 2001
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. Vol. 06. São Paulo – Rio de Janeiro, Brasil: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. 1983
- ENGELS, Friedrich. *A questão camponesa em França e na Alemanha*. In: MARX, Karl & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso, Lisboa: Edições Avante, 1985.
- FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra*, Cascavel: Edunioeste, 2001.
- FERREIRA, Elenar. *A cooperação do MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção*. In: SINGER, Paul e SOUSA, André Ricardo (orgs). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Editora contexto, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História oral*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1982
- GARCIA JR, Afrânio Raul. *O Sul: Caminhos do roçado: Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- GERMER, Claus. *O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. In: STÉDILE, João Pedro. (org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90*. In: STÉDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*, São Paulo: Loyola, 1995.
- GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. In: STÉDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, José F. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas*. In: STÉDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- GUERRA, Júlio Santamaria. *Associativismo de produção na agricultura*. São Paulo: Perceu Abramo, 1990

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. de. *A MORADA DA VIDA: Trabalho Familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

IENO NETO, Genaro. *Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o Projeto Lumiar na Paraíba*. João Pessoa: Tese (doutorado) – UFPB/CCHLA/PPGS, 2005

INCRA. *Plano de desenvolvimento do assentamento Mandacarú*. Campina Grande, Atecel, 2000.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KLEBA, John B. *Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária*. Revista da associação brasileira de reforma agrária – ABRA, v. 24 1994

LAMARCHE, Hughes. (coord) *A agricultura familiar: comparação internacional*. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1993.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. *Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: O caso do assentamento Massangana III*. Campina Grande, Dissertação de (Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba. 2000.

LÊNIN. V. I. *Que fazer?* São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

LOUREIRO, Maria R. G. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*, São Paulo: Cortez, 1981.

LÖWY, Michael. *Por um marxismo crítico*. In: Revista Lutas Sociais, nº 3, 2º semestre. 1997

MAIA, Isa. *Cooperativa e prática democrática*, São Paulo: Cortez Editora, 1985.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1966.

\_\_\_\_\_. *O Manifesto do Partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra s/d.

\_\_\_\_\_. *O Capital*, São Paulo: Abril cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

MORAES, Maria Dione Carvalho. De Camponês a Agricultor Familiar: Imagens do Campesinato, como Identidade na Ordem da Razão. In *Raízes*. Ano XVII, nº 17, junho, UFPB, Campus II – CH/Mestrado em Economia e Sociologia, 1998.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MST. *MÍSTICA. Uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. Caderno de Formação nº27. São Paulo, Janeiro de 1998.

\_\_\_\_\_. *A vez dos valores*. Caderno de formação nº 26, janeiro de 1998.

\_\_\_\_\_. *Como organizar os assentamentos individuais*. São Paulo, junho de 1995.

\_\_\_\_\_. *Documento Básico do MST*. São Paulo, 1994/1995.

\_\_\_\_\_. *Marcha nacional pela reforma agrária*. V mutirão nacional de Formação, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *O cooperativismo na China. Caderno das Experiências Históricas da Cooperação*. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *O que levar em conta para a organização do assentamento*. Caderno de cooperação agrícola n 10: São Paulo, maio 2001.

\_\_\_\_\_. *Trabalho de base*. Cartilha nº 4, março de 1999.

\_\_\_\_\_. *Sistema cooperativista dos assentados*. Caderno de cooperação agrícola nº5: São Paulo, 2ª ed., junho de 1998.

PEDRINI, Dalila Maria. *Bruscor: uma experiência que aponta caminhos*. In: SINGER, P. e SOUSA, André Ricardo. (orgs) *A economia solidária no Brasil* São Paulo: Editora Contexto, 2000.

PIRES, Maria L. L. e silva. *O cooperativismo agrícola em questão*. Recife: Massangana Editora, 2004.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SANDRONI, Paulo. *A questão agrária e o socialismo: notas sobre problemas econômicos e políticos*. In: STÉDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

SERRA, Elpídio. *A teoria e prática cooperativista entre os produtores rurais*. In: *Geografia social e agricultura*, Maringá, Programa de Pós-graduação em Geografia-UEM, 2000

SHANIN, Teodor. *El campesinado como factor político*. In. *Campesinos y sociedades campesinas*. Fondo de cultura e economia, México, 1979.

SILVA, José Graziano da. *O desenvolvimento do capitalismo no campo e a reforma agrária*. In: STÉDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

SILVA, Patrícia Santos. *A reconstrução identitária na agricultura modernizada: o caso dos agricultores familiares do perímetro irrigado Califórnia / SE*. Campina Grande, Dissertação de (Mestrado)- UFCG, 2004.

SINGER, Paul. *A Economia solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária e o socialismo*. In: STÉDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. FERNANDES, Bernardo Mançano. *A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. In: *Brava gente*, São Paulo: Ed. fundação Perseu Abramo, 1999.

STOFFEL, Jaime Antônio. *A viabilidade da Agricultura Familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná*. Toledo, dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

TORRES, Ednaldo. *O Encantamento da Reforma Agrária*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/UFPB-UFCG, Campina Grande, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. Campinas: Mímeo, 1995.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Sociedade e Agricultura n.º. 21 pp. 42 - 61: Ed. MAUAD, 2003

\_\_\_\_\_. *Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov*. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (orgs). *Para pensar OUTRA AGRICULTURA*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

\_\_\_\_\_. *Trajétoria social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de campinas*. São Paulo: Cadernos IFCH UNICAMP 19. 1988

\_\_\_\_\_. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo :EDUPF, 1999.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. In : COHN, Gabriel (org.). *Weber*, São Paulo: Ática, 1989.

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros parentes e compadres: Colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec, Edunb, 1995.

\_\_\_\_\_ e WOORTMANN, Klaas. *O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.